

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CF JAVIER LOPEZ

ARGENTINA E O REINO UNIDO NA ARTÁRTICA:
uma relação competitiva pela defesa dos interesses nacionais no sexto
continente

Rio de Janeiro

2022

CF JAVIER LOPEZ

ARGENTINA E O REINO UNIDO NA ARTÁRTICA:
uma relação competitiva pela defesa dos interesses nacionais no sexto
continente

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CF Renato da Fonseca Lacerda Batista

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, Verónica e Pilar, pelo amor, apoio incondicional, companheirismo e compreensão ao longo de todo o ano.

Ao meu orientador, Capitão de Fragata Renato da Fonseca Lacerda Batista, pela gentileza e absoluta predisposição, pelas críticas sinceras e sempre construtivas, e pelo empenho e profissionalismo na orientação deste trabalho.

Aos meus camaradas da turma do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores 2022, pela cordialidade, companheirismo e apoio durante o curso.

À Escola de Guerra Naval, bem como à Marinha do Brasil, pela oportunidade de enriquecimento pessoal e profissional.

RESUMO

O propósito do trabalho é analisar as estratégias desenvolvidas pelo Reino Unido e pela Argentina em relação à defesa de seus interesses nacionais na Antártica perante um possível cenário de mudança no *status quo* antártico. Para atingir esse propósito, confrontam-se conceitos do realismo desenvolvido por Hans Morgenthau e do liberalismo por Joseph Nye com as ações argentinas e britânicas no Atlântico Sul e no continente antártico. Da mesma forma, comparam-se esses Estados em aspectos relacionados à atividade antártica, principalmente científica e logística, e ao uso de recursos de *hard power* e *soft power* para alcançar seus interesses na região. Da análise dos diferentes cenários previstos para o ano 2048, conclui-se que o Tratado da Antártica permanecerá em vigor, mas com modificações em seu protocolo ambiental, o que possibilitará a exploração dos recursos não renováveis do continente. Nesse contexto, são analisadas as estratégias do Reino Unido e da Argentina, Estados com reivindicações territoriais sobrepostas na Antártica. A pesquisa demonstra que o Reino Unido encabeça a produção científica, aumentando sua influência no Sistema do Tratado da Antártica. Também permite visualizar a política britânica de consolidação no Atlântico Sul e na Antártica por meio do emprego de recursos de *soft power* para estabelecer alianças estratégicas e de *hard power* para manter o controle sobre as Ilhas Malvinas, um território que procura transformar em sua porta de entrada para o continente antártico. A análise da Argentina indica que esse Estado mantém um papel relevante no contexto antártico como resultado de seu desdobramento territorial e de sua produção científica. Entretanto, conclui-se que as dificuldades enfrentadas por suas Forças Armadas estão começando a afetar a logística antártica, além de dificultar a manutenção e a geração de novas alianças com os principais atores antárticos regionais. Finalmente, aborda-se a importância das obras iniciadas na *Base Naval Integrada* na cidade de *Ushuaia* e na Base Permanente *Petrel* em relação às aspirações argentinas de aprimorar suas capacidades logísticas e oferecer apoio aos programas antárticos estrangeiros.

Palavras-chave: Protocolo de Madri. Recursos Estratégicos. Malvinas. *Soft power*. *Hard power*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa com limites das reivindicações territoriais do continente antártico.....	61
Figura 2 - O RRS <i>Sir David Attenborough</i> no cais da base <i>Rothera</i>	63
Figura 3 - Mapa Bicontinental da República Argentina.....	64
Gráfico 1 - Soma total dos documentos de trabalho produzidos por cada uma das partes do Tratado da Antártica (período 1992-2010)	62
Gráfico 2 - Gasto militar argentino em defesa período 1960-2020 (percentagem do PIB)	65

LISTA DE TABELAS

1- Porcentagem de cientistas e superfície dedicada à ciência nas bases antárticas - Antártica - 2017.....	66
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMP -	Área Marinha Protegida
A2/AD -	<i>Anti-Access/Area Denial</i>
BAS -	<i>British Antarctic Survey</i>
BAT -	<i>British Antarctic Territory</i>
BNI -	<i>Base Naval Integrada</i>
BOT-	<i>British Overseas Territories</i> – (Territórios Britânicos Ultramarinos)
CELAC -	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CLPC -	Comissão de Limites da Plataforma Continental
CNUDM -	Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar
COMNAP -	<i>Council of Managers of National Antarctic Programs</i>
DPDN -	<i>Directiva de Política de Defesa Nacional</i>
EUA -	Estados Unidos da América
FFAA -	Forças Armadas
IAA -	Instituto Antártico Argentino
IGSSS -	Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul
FCO -	<i>Foreign and Commonwealth Office</i>
NERC -	<i>Natural Environment Research Council</i>
LCM -	Linha de Comunicação Marítima
OEA -	Organização dos Estados Americanos
ONU -	Organização das Nações Unidas
PAA -	Programa Antártico Argentino
PANC -	<i>Patrulla Antártica Naval Combinada</i>

PIB -	Produto Interno Bruto
PM -	Protocolo de Madri
PNA -	Política Nacional Antártica
RI -	Relações internacionais
RU -	Reino Unido
SAA -	Setor Antártico Argentino
SCAR -	<i>Scientific Committee on Antarctic Research</i> – (Comitê Científico de Pesquisa Antártica)
SI -	Sistema Internacional
STA -	Sistema do Tratado da Antártica
TA -	Tratado da Antártica
EU -	União Europeia
UNASUL -	União de Nações Sul-Americanas
ZOPACAS -	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	O PODER NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	11
2.1	A abordagem realista	11
2.2	A abordagem liberal	14
3	O SISTEMA DO TRATADO DA ANTÁRTICA E SUA POSSÍVEL EVOLUÇÃO	18
3.1	Origem do Sistema do Tratado da Antártica.....	18
3.2	Condicionantes do ordenamento jurídico antártico.....	19
3.3	Possível evolução do Sistema do Tratado da Antártica	22
4	A REIVINDICAÇÃO BRITÂNICA SOBRE O TERRITÓRIO ANTÁRTICO	25
4.1	A contribuição da ciência britânica para o Sistema do Tratado da Antártica.....	26
4.2	A potência regional. A manutenção do <i>status quo</i> e o controle dos recursos.....	29
4.3	O <i>Hard power</i> britânico no Atlântico Sul.....	32
4.4	O <i>Soft power</i> . A estratégia britânica para se consolidar na região.....	34
5	A REIVINDICAÇÃO ARGENTINA SOBRE O TERRITÓRIO ANTÁRTICO	39
5.1	Desdobramento territorial, ciência e logística na Antártica	40
5.2	Política de Defesa Nacional e o orçamento para Defesa	44
5.3	A necessidade de gerar alianças. Dificuldades atuais e desafios futuros	46
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
	REFERÊNCIAS	54
	ANEXOS	61

1 INTRODUÇÃO

O Tratado da Antártica (TA) (1959) afastou o continente da órbita de influência das grandes potências, evitando um potencial conflito em seu território. Posteriormente, foi necessário protegê-lo da exploração de seus recursos estratégicos. Assim, a entrada em vigor do Protocolo ao Tratado da Antártica sobre proteção ao meio ambiente (1998) proibiu, até 2048, qualquer atividade relacionada aos recursos minerais, exceto as de natureza científica.

O Sistema do Tratado da Antártica (STA) é considerado um regime internacional capaz de manter a paz e a cooperação internacional no continente antártico. Entretanto, o *status quo* na região é passível de enfrentar contestações e tentativas de modificação. A interação entre fatores intrínsecos ao sistema jurídico instituído na Antártica e a crescente demanda por recursos estratégicos poderia levar a mudanças no protocolo ambiental, colocando o continente em uma fase de prospecção e exploração de suas riquezas.

A Argentina e o Reino Unido (RU) têm reclamações territoriais sobrepostas na Antártica. Como outros Estados, tais atores procuram aumentar a sua influência no STA a fim de afirmar seus interesses soberanos e o acesso aos recursos diante de uma possível reformulação da arquitetura jurídica antártica.

Nesse contexto, o presente trabalho propõe-se a analisar as estratégias desenvolvidas pelo RU e pela Argentina em relação à defesa de seus respectivos interesses nacionais na Antártica, à luz das teorias realista e liberal das relações internacionais (RI).

De forma a atingir o propósito do trabalho, surgem as seguintes questões de pesquisa: Qual é a importância das Ilhas Malvinas para o RU em relação a seus interesses na Antártica? Que ações e recursos de poder foram utilizados pelo RU e pela Argentina para consolidar suas posições no continente antártico? Qual foi a postura da Argentina em relação

à atividade britânica no Cone Sul, particularmente na Antártica, e que medidas futuras poderiam melhorar suas expectativas no caso de uma eventual mudança no *status quo*?

A área geográfica de estudo compreende o continente antártico e o Atlântico Sul, pois nesse oceano encontram-se não apenas as Ilhas Malvinas, um território estratégico visando a projeção para a Antártica, mas também o Brasil, um ator considerado, juntamente com o Chile, transcendental para as pretensões argentinas sobre a Antártica.

O desenho da pesquisa utilizado é o confronto da teoria com a realidade e o estudo comparativo. Para isso, são analisadas diferentes fontes, tais como livros, tratados, leis, artigos de revistas especializadas e outras informações publicadas em sítios da *Internet*.

O documento é dividido em seis capítulos, incluindo esta introdução. O segundo capítulo aborda os conceitos do Realismo e do Liberalismo, aplicáveis à realidade antártica e às ações britânicas e argentinas na Antártica e no Atlântico Sul. O terceiro capítulo apresenta a origem do STA, seus principais elementos condicionantes e sua possível evolução. Com base nesse possível cenário, o quarto capítulo analisa a atividade britânica no continente antártico, o emprego de recursos de *hard power* no Atlântico Sul e de *soft power* na Antártica e na região. O quinto capítulo descreve os principais pontos fortes e projetos da política antártica da Argentina, bem como as dificuldades que poderiam comprometer seu *status* como um ator antártico relevante. Também aborda as repercussões do orçamento da defesa nas capacidades militares e, finalmente, as dificuldades e oportunidades para estabelecer alianças de cooperação com o Chile e o Brasil em questões antárticas e de defesa regional. Por fim, o último capítulo apresentará as considerações finais do trabalho.

2 O PODER NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O poder é um conceito complexo a partir do qual os teóricos das diferentes escolas das (RI) pretenderam explicar e compreender a dinâmica existente entre os atores do sistema internacional (SI).

O realismo e o liberalismo continuam sendo as principais linhas de pensamento que, de maneira antagônica, tentaram interpretar esse fenômeno. Enquanto o realismo entroniza o poder considerando a política internacional como a luta contínua por este, o liberalismo se nega a considerá-lo o motor das RI procurando minimizá-lo e, se possível, erradicá-lo por meio das instituições e organismos internacionais.

2.1 A abordagem realista

O poder adquire notável centralidade nas análises realistas, sendo a principal ferramenta de entendimento da dinâmica das RI. No entanto, há diversas formas de abordá-lo dentro do realismo. Isso está relacionado com suas principais vertentes: o realismo clássico, o realismo estrutural e o neorealismo clássico.

A primeira diferença reside na motivação que leva os Estados à busca sistemática do poder. Para os realistas clássicos, o comportamento responde à natureza do homem. Já para os realistas estruturais, o motivo pelo qual os Estados buscam o poder necessário para assegurar a autodefesa reside na anarquia do SI. Finalmente, os neorealistas clássicos não descartam a importância da estrutura do SI, mas outorgam maior importância à percepção que os líderes políticos têm em relação à distribuição do poder. Assim, na medida em que percebem um maior poder dentro do Estado, passam a buscar uma maior influência e controle de seu entorno.

Outra diferença está relacionada com a forma de definir e medir o poder. Nesse aspecto, os realistas estruturais definem o poder como a posse de recursos materiais, principalmente militares e econômicos, ou seja, o *hard power*. Uma abordagem mais complexa foi desenvolvida pelos realistas clássicos como Hans Morgenthau (1904-1980)¹, que definiu o poder como a capacidade de um ser humano de controlar as mentes e ações de outros homens (MORGENTHAU 1967, p. 26), percebendo assim seu caráter relacional e considerando-o como um efeito e não apenas em termos de posse.

No entanto, o próprio Morgenthau (1967, p. 106-144) sentiu a necessidade de quantificar e inventariar os elementos constitutivos do poder nacional, identificando duas categorias: os elementos de natureza estável e os que sofrem constantes mudanças. No primeiro grupo, em grande parte quantificáveis, foram incluídos a geografia, a população, os recursos naturais, a indústria e a preparação militar, a qual considerava central para apoiar a política exterior de um ator internacional. Dentro dos elementos qualitativos e imateriais, fez referência ao caráter e à moral nacionais, às qualidades do governo e à diplomacia; colocando essa última, por centralidade e importância, acima dos demais elementos do poder nacional.

Mesmo que haja outras diferenças entre as várias vertentes, a maioria dos realistas segue os seguintes postulados:

- a) o SI convive em anarquia com a ausência de hierarquia entre os atores;
- b) os Estados são unidades políticas que exercem a soberania de maneira legítima;
- c) o Estado é unitário e racional. Busca o próprio interesse e a maximização de seus recursos;
- d) rege o princípio de sobrevivência e autoajuda;

¹ Hans Morgenthau, advogado e político estadunidense de origem alemã. Destacou-se no campo da política internacional. Suas principais obras estão ligadas à teoria realista das relações internacionais. É considerado, junto com George Kennan e Reinhold Niebuhr, um dos líderes do realismo.

- e) os Estados ostentam seu poder por meio do poder militar; e
- f) o sistema se nivela por meio do equilíbrio de poder.

Por último, dois conceitos desenvolvidos por Morgenthau são importantes para a análise posterior da atuação britânica no Atlântico Sul e na Antártica: a ideologia do *status quo* e a política de prestígio.

Em relação ao primeiro conceito, Morgenthau (1967, p. 87) discorre que um Estado que impulsiona uma política do *status quo* com o objetivo de conservar o poder adquirido, encontra-se em uma situação vantajosa, não estando necessariamente suscetível a ataques morais ou legais. Afirma ainda que a paz e o direito internacional são elementos fundamentais para que isso ocorra.

Um Estado que proclama pacificamente uma política de *status quo* obtém um duplo benefício. Por um lado, coloca eventuais oponentes dessa política na categoria de imperialistas e, por outro lado, obtém o apoio dos Estados interessados na manutenção da situação existente. Além disso, na esfera do direito internacional cogita-se a relevância das organizações internacionais criadas para manter o *status quo*. Tais organizações permitem aos Estados que as constituem e apoiam utilizá-las para legalizar e justificar sua política de manutenção do poder (MORGENTHAU 1967, p. 87-88).

Finalmente, para Morgenthau (1967, p. 69-75) a política de prestígio é a utilização do poder (real ou aparente) por parte de um ator para impressionar os demais atores. O Estado utiliza o cerimonial diplomático e o desdobramento da força militar para impressionar e dissuadir eventuais concorrentes. Segundo o autor, a história mostra que toda vez que uma potência marítima viu seus territórios coloniais ameaçados, seja pelos próprios habitantes ou por outros Estados, a reação imediata foi a de mobilizar seus navios de guerra com o intuito de demonstrar seu poder bélico.

2.2 A abordagem liberal

Pensar o poder em termos da posse de recursos mensuráveis e observáveis permitiria aos responsáveis pela política exterior estabelecer uma correlação quase linear entre os recursos de um Estado e a conquista dos objetivos traçados. No entanto, muitos atores com grandes recursos de poder viram suas expectativas ruírem. As causas podem estar na dificuldade de os Estados realizarem a conversão do poder potencial em poder real e na baixa fungibilidade dos recursos de poder. Há, contudo, uma explicação mais estrutural: os altos níveis de interdependência entre os atores do SI.

Keohane e Nye (1989, p. 11) afirmam que o poder deve ser pensado ou como a capacidade de um ator de conseguir que outros façam algo que de outra forma não o fariam, ou em termos de controle sobre os resultados. Nesse sentido, consideram o poder como o controle sobre os recursos ou como o potencial para afetar os resultados.

Em um contexto internacional marcado por uma interdependência complexa, os Estados não são únicos e monolíticos nas RI. Existem múltiplos nexos entre as elites dirigentes, organizações governamentais e não governamentais, e organizações transnacionais. Não há igualmente uma hierarquia nas questões internacionais e a segurança militar deixou de dominar uma agenda cada vez mais ampla e diversa. Por último, apesar de ser uma importante ferramenta da política exterior, o poder militar não é o recurso mais adequado para resolver todas as questões (KEOHANE; NYE 1989, p. 24-25).

Diante desse cenário, as fontes de poder se tornaram mais complexas, sendo ainda mais difícil determinar se um ator tem poder somente em função dos recursos que possui. Faz-se necessário especificar para que um ator necessita do poder, que partes estão envolvidas na relação de poder e quais os temas que estão sendo abordados (NYE, 2012. p.

27). Responder a essas questões permitirá a um Estado conhecer os recursos de poder mais úteis para uma determinada situação e a forma mais adequada de utilizá-los.

Uma vez aceita a natureza relacional do poder, é conveniente distinguir as três dimensões em que este se move: comandar as mudanças, controlar agendas e estabelecer preferências (NYE, 2012, p. 32).

A primeira dimensão do poder está vinculada à capacidade de um Estado de fazer com que outros atuem de forma contrária às suas preferências e/ou estratégia inicial. O uso da força e a coação (militar, econômica e diplomática) fazem parte dessa face do poder. A segunda dimensão está reservada a atores influentes com capacidade de controlar agendas e limitar as alternativas de outros Estados. Dessa maneira, por meio das ideias e das instituições, conseguem estabelecer as regras do jogo, excluir temas contrários a seus interesses ou minimizar a atuação de atores menos poderosos. Finalmente, a terceira dimensão do poder está associada ao estabelecimento de preferências (NYE, 2012, p. 33-35).

Aprofundando sobre a segunda dimensão, o estabelecimento de uma agenda pode levar a situações de conflito e de cooperação. Se ela for produto do uso da força ou coação, o poder está sendo usado em sua primeira dimensão. Ao contrário, se um Estado usa sua capacidade para exercer influência sobre os outros por meio da cooptação e da atração, possivelmente a agenda estabelecida adquirirá legitimidade em um contexto de cooperação.

O citado no parágrafo anterior permite abordar o conceito de *soft power*. Introduzido no âmbito das RI por Nye (2012, p. 44), *soft power* foi definido como a capacidade de influenciar os outros pelos meios cooperativos de estabelecer agendas, persuadir e provocar atração positiva para alcançar os objetivos visados.

Em política internacional, os recursos que geram *soft power* surgem principalmente dos valores de um Estado em relação à sua cultura, à qualidade da política

interna e de suas instituições e ao estilo e conteúdo da política exterior (NYE, 2004, p. 8). Anualmente, a consultora *Brand Finance* elabora o *Global Soft Power Index*², o qual avalia os atores em três métricas essenciais (familiaridade, influência e reputação), bem como nos sete pilares fundamentais do *soft power*.³ Nesse ranking, encabeçado pelos Estados Unidos da América (EUA), o RU ocupa o segundo lugar, enquanto a Argentina, a 38ª posição.

O *soft power* é uma ferramenta cada vez mais utilizada pelos Estados que buscam exercer influência na esfera internacional. No documento oficial *Global Britain in a competitive age*, o governo britânico apresenta seus principais pontos fortes de *soft power*. Dentre os mais importantes destacam-se (UNITED KINGDOM, 2021, p. 8-9):

- a) o RU é a quinta economia do mundo;
- b) é o segundo Estado mais procurado pelos estrangeiros para desenvolver seus estudos. O *British Council* chega a 100 milhões de pessoas em mais de 100 Estados;
- c) possui a quarta rede diplomática do mundo com 281 postos em 178 Estados;
- d) ocupa o quarto lugar no *Global Innovation Index*; e
- e) possui uma vaga em todas as organizações multilaterais mais relevantes.

Para manter sua influência, as autoridades britânicas consideram que suas fontes de *soft power* devem permanecer independentes da direção estatal. No entanto, sustentam a possibilidade de o governo utilizar seus próprios ativos (redes diplomáticas, gasto econômico e Forças Armadas (FFAA)) para ajudar a gerar boa vontade para com o RU, ou seja, complementar o *soft power* (UNITED KINGDOM, 2021, p. 49).

2 Relação com a percepção que o mundo tem dos principais Estados de *soft power*. Disponível em: <<https://brandirectory.com/globalsoftpower/>>. Acesso em: 13 de maio de 2022.

3 Os sete pilares fundamentais do *soft power* são: negócios e comércio, governança, relações internacionais, cultura e patrimônio, mídia e comunicação, educação e ciência e, por fim, população e valores.

A estratégia do RU pode ser colocada em prática por Estados com economias sólidas e FFAA de relativa importância. Não obstante, há Estados em que a degradação econômica e militar pode provocar não só a perda de seus recursos de *hard power*, mas também sua capacidade de influenciar a agenda internacional e parte de seu poder de atração. Para conseguir exercer influência no cenário internacional, com alguma legitimidade, esses Estados deverão recorrer a outros meios (NYE, 2004 p. 9).

Por fim, desde a perspectiva institucionalista, é provável que um Estado que elabore normas internacionais e crie instituições que condizem com seus interesses e valores (o RU no século XIX e os EUA na segunda metade do século XX) consiga fazer com que suas ações sejam consideradas legítimas aos olhos de outros atores. Ao utilizar essas instituições e seguir normas que incentivem outros Estados a canalizar ou limitar suas atividades segundo sua preferência, não terá necessidade de utilizar o *hard power* (NYE, 2004, p. 10-11).

Em oposição ao realismo, esta escola afirma que as instituições são um ambiente eficaz para exercer o poder, limitar o poder de outros e inclusive para legitimar o próprio. Em outras palavras, as instituições são um ambiente frutífero para a cooperação internacional. No entanto, nelas continuarão existindo as assimetrias de poder e os Estados mais fortes terão maiores probabilidades de proteger seus interesses nacionais.

No próximo capítulo, analisar-se-á a Antártica e sua arquitetura jurídica. Nesse continente, as duas principais correntes das relações internacionais encontram-se cada vez mais presentes e lutam pelo destino de uma das principais regiões estratégicas do planeta.

3 O SISTEMA DO TRATADO DA ANTÁRTICA E SUA POSSÍVEL EVOLUÇÃO

3.1 Origem do Sistema do Tratado da Antártica

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), observou-se a formação de uma nova ordem bipolar. Os EUA e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas deram início a uma confrontação de sistemas, cuja principal característica foi o enfrentamento indireto, nunca sobre seus próprios territórios. Um potencial conflito que pudesse atingir o continente antártico gerou a necessidade de instituir um regime que estabelecesse normas e pautas de conduta para evitar a transferência do clima beligerante para a Antártica (AUZA; FERRARI, 2018, p. 18).

Como resultado da política exterior dos EUA, em 1º de dezembro de 1959 foi assinado em Washington o TA, no qual os Estados signatários⁴ proibiram a atividade militar, com exceção de pessoal e equipamentos destinados à pesquisa científica ou com fins pacíficos. No entanto, nenhuma disposição representou uma renúncia das partes aos direitos de soberania ou reivindicações territoriais efetuadas antes da celebração do TA. Além disso, foi vedada a apresentação de novas reivindicações ou a ampliação das já existentes (WASHINGTON, 1959, p. 3-4).

Após alcançar o objetivo de evitar a utilização militar do continente, uma nova etapa foi iniciada. O “congelamento” das reivindicações territoriais e a eventual exploração dos recursos vivos e não vivos foram, são e, possivelmente, serão problemas inter-relacionados, sendo talvez o motivo que levou as partes contratantes do TA a subscreverem

⁴ África do Sul, Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, EUA, França, Japão, Noruega, Nova Zelândia, RU e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

o Protocolo ao Tratado da Antártica sobre proteção ao meio ambiente⁵, também conhecido como Protocolo de Madri (PM) (ARLOTTI *et al.*, 2010, p. 194).

Compreender a problemática da Antártica e suas implicações futuras no tocante à manutenção, alteração ou dissolução do atual ordenamento jurídico, nos leva diretamente ao PM, mais precisamente ao artigo 25, incisos 1 e 2:

[...] este Protocolo pode ser alterado ou emendado a qualquer momento de acordo com o procedimento estabelecido no Artigo XII, (1) (a) e (b) do Tratado da Antártica. Transcorridos cinquenta anos da data de entrada em vigor do presente Protocolo, se qualquer uma das Partes Consultivas do Tratado da Antártica assim o solicitar por meio de uma comunicação dirigida ao Depositário, será celebrada uma conferência no menor prazo possível para revisar a aplicação do presente Protocolo.⁶ (MADRID, 1981, p. 12, tradução do autor).

Dessa maneira, o TA e o protocolo ambiental fazem parte da solução e do problema. Inicialmente, construíram as bases para que reinasse no continente um clima de paz e cooperação, entretanto, deixaram a porta aberta para possíveis conflitos de interesses perante possíveis alterações do *status quo* antártico. A data-chave: 14 de janeiro de 2048.

3.2 Condicionantes do ordenamento jurídico antártico

O ordenamento jurídico instituído no continente antártico não está isento de pressões e condicionamentos. Atualmente, há sete Estados com reivindicações de soberania territorial “congeladas” pelo artigo IV do TA: Argentina, Austrália, Chile, França, Noruega, Nova Zelândia e RU (ANEXO A).

Em consequência, o primeiro condicionante do TA é a falta de reconhecimento mútuo das reivindicações realizadas pelos Estados, que deu lugar ao estabelecimento de

⁵ O Protocolo ao Tratado da Antártica sobre Proteção ao Meio Ambiente foi assinado em Madri em 4 de outubro de 1991 e entrou em vigor em 1998. Designa a Antártica como uma reserva natural dedicada à paz e à ciência.

⁶ No original: “[...] *this Protocol may be modified or amended at any time in accordance with the procedures set forth in Article XII (1) (a) and (b) of the Antarctic Treaty.*

If, after the expiration of 50 years from the date of entry into force of this Protocol, any of the Antarctic Treaty Consultative Parties so requests by a communication addressed to the Depositary, a conference shall be held as soon as practicable to review the operation of this Protocol.”

diferentes posicionamentos: Estados que reivindicam direitos soberanos; Estados que reconhecem reciprocamente as reivindicações no todo (RU e França) ou em parte (Argentina e Chile); Estados que se reservam o direito de formular reivindicações e não reconhecem direitos de soberania (EUA, Rússia); e, por último, Estados que não reivindicam territórios, mas também não reconhecem direitos de soberania (Japão, África do Sul) (AUZA; FERRARI, 2018, p. 30).

Ao primeiro condicionante, devem ser acrescentados e relacionados outros fatores que podem tornar mais complexa a situação. Um trecho do documento britânico *Strategic Trends Programme - Future Operating Environment 2035* ajudará a compreender o ponto levantado:

A demanda de uma série de recursos naturais provavelmente aumentará nos próximos 20 anos. [...] A mudança climática poderia exercer mais pressão sobre a disponibilidade de água potável e contribuir para a escassez de alimentos. [...] Também pode haver o esgotamento de combustíveis fósseis, elementos raros da terra e novos materiais de “alta tecnologia”. Para superar a escassez, a prospecção será realizada em locais remotos e difíceis, que exigem o desenvolvimento de novas e mais eficientes técnicas de extração.⁷ (UNITED KINGDOM, 2015, p. 3, tradução do autor).

O continente antártico é apresentado como potencial solução para os referidos problemas. No tocante à escassez de alimentos, pesquisas biológicas revelaram que as águas da Antártica possuem as propriedades necessárias para a conservação de significativos recursos pesqueiros, além de contar com um recurso vivo de enorme valor comercial: as reservas de *krill*. Considerado por vários especialistas como a maior reserva de proteína

⁷ No original: “Demand for a range of natural resources is likely to increase over the next 20 years. [...] Climate change could put more pressure on the availability of drinking water and contribute to food shortages. [...] There may also be a scarcity of fossil fuels, rare earth elements and new ‘high tech’ materials. To overcome these shortages, exploration will occur in remote and challenging environments, requiring new and more efficient extraction techniques to be developed.”

animal, esse crustáceo poderia ter um papel transcendental na crescente demanda de alimentos (VILLEMUR, 2004, p. 312).

Em relação aos recursos não renováveis, foram encontrados na superfície, entre outros, minerais como cobre, platina, ferro, níquel, ouro e inclusive urânio. Ainda que as quantidades encontradas e os custos de prospecção desencorajem a extração, a pesquisa no solo antártico não foi interrompida. Assim, o aperfeiçoamento das técnicas de prospecção traz a possibilidade de encontrar novos minerais potencialmente utilizáveis na fabricação de peças e componentes de alta tecnologia (AUZA; FERRARI, 2017, p. 53). No entanto, há dois recursos não renováveis que podem sofrer escassez no planeta e, conseqüentemente, atrair os olhares para o continente antártico: os combustíveis fósseis e a água doce.

Ao analisar o primeiro deles, pode-se dizer que a espessura do gelo, as condições climáticas e as limitações do PM impediram a realização de pesquisas destinadas a uma prospecção definitiva. Não obstante, a continuidade geográfica com a América do Sul, a topografia e a condição de território inexplorado permitem prever que a Antártica possa conter reservas de óleo cru idênticas ou superiores que às dessa região (AUZA; FERRARI, 2018, p. 27-28).

Em relação ao segundo, 96% da água congelada do planeta está nos polos norte e sul. Nesse sentido, a Antártica é considerada como a porção continental mais valiosa do planeta por conter 80% da água doce do mundo (AUZA; FERRARI, 2018, p. 36).

Por fim, as atividades econômicas não regulamentadas, como a bioprospecção genética desenvolvida por empresas associadas a universidades e instituições públicas de pesquisa antártica, geram mais incerteza sobre a evolução do STA. Esse tipo de atividade, bem como a atualmente proibida exploração de hidrocarbonetos, estabelece uma clara assimetria entre os Estados que têm ou não capacidade de realizá-las (ARLOTTI *et al.*, 2010, p. 195).

3.3 Possível evolução do Sistema do Tratado da Antártica

Os referidos condicionantes permitem concluir que a vigência do STA se encontra em permanente construção, não estando o mesmo isento de questionamentos ou tentativas de alterações. Assim, em 2010 a *Sede de Investigación y Estudios Estratégicos Navales* da *Armada Argentina* identificou os seguintes cenários (ARLOTTI *et al.*, 2010, p. 195):

- a) a vigência do TA nos termos atuais, incluída a renovação do PM;
- b) uma mudança do TA que permita a reativação das reivindicações soberanas, que poderia ocorrer por via pacífica ou conflitos armados;
- c) a manutenção do TA, mas sem a renovação do PM, permitindo a exploração de recursos naturais, principalmente petróleo e minerais; e
- d) o fim do TA, o que implicaria uma disputa automática pelo território antártico.

Segundo Colacrai (2013, p. 268), os mais de cinquenta anos do STA possibilitaram a administração legítima das atividades antárticas e garantiram a paz, a cooperação científica e a preservação do ecossistema. Afirma ainda que as relações interestatais existentes na Antártica são essencialmente de natureza cooperativa, sendo o TA e seu protocolo ambiental, motivo de orgulho para os defensores do liberalismo institucional.

Entretanto, o poder é sempre contextual, o que leva a refletir sobre qual será a conduta dos Estados na Antártica quando houver escassez de recursos essenciais como a água ou o petróleo. Será capaz o liberalismo institucional de impedir a exploração desses recursos com o TA e o PM nos termos atuais?

A resposta a essa questão pode estar no Ártico. Aí o marco jurídico não tem correlação com o antártico, principalmente pela ausência de um instrumento como o TA e a existência de Estados com soberania efetiva. Não obstante, é possível que a atual prospecção

e exploração sistemática de recursos naturais seja o presságio do que poderá ocorrer no continente antártico nas próximas décadas. Assim, pode-se concluir que são poucas as probabilidades de que o PM venha a ser renovado em 2048.

O segundo cenário parece igualmente pouco provável. Os sete Estados reivindicadores desenvolvem uma importante atividade científica; além disso, quatro deles são porta de entrada para a Antártica. No entanto, dois aspectos poderão limitar suas futuras pretensões soberanas (GARCÍA SÁNCHEZ, 2018, p. 56-57):

- a) Os países reivindicadores viram diminuir o respectivo peso na tomada de decisões no STA. No momento da assinatura eram 7 de 12 Estados signatários, atualmente são 7 de 29 membros consultivos; e
- b) Em 2048, o verdadeiro peso do STA recairá, não apenas sobre os países reivindicadores, mas também sobre um grupo de seis Estados que por capacidade e peso geopolítico terão muito a dizer: EUA, China, Rússia, Índia, Japão e Brasil. Também recairá sobre blocos regionais como a União Europeia (UE) e a Organização das Nações Unidas (ONU) em defesa do interesse geral.

Sem dúvida, o contexto mais complexo seria a dissolução do TA. Tal visão prevê que no marco de um SI anárquico com uma concepção realista do poder, fatores como o esgotamento das reservas de recursos e os interesses sobrepostos sobre a Antártica farão com que os Estados tentem modificar o PM, gerando uma saída massiva destes do TA (AUZA; FERRARI, 2018, p. 32).

Tal projeção prevista para o ano de 2048 provocaria, de maneira automática, uma disputa territorial com consequências fatídicas para o continente e a humanidade. A magnitude de um conflito armado na Antártica que envolva as grandes potências levaria ao colapso completo do equilíbrio ecológico necessário para sua sustentabilidade ao longo do

tempo, o que não beneficiaria nenhum Estado, além de colocar em risco uma das reservas mais importantes de recursos essenciais para a vida humana (COLACRAI, 2013, p. 267). Por isso, esse cenário também não seria factível.

Contudo, mesmo no marco de um regime internacional cooperativo, a maioria dos atores buscam aumentar sua área de influência a fim de proteger os interesses nacionais perante uma eventual mudança do *status quo* antártico.

Assegurar a presença efetiva, declarar Áreas Marinhas Protegidas (AMPs), desenvolver e aumentar a atividade científica, preparar-se para realizar atividades temporariamente proibidas e realizar atividades econômicas permitidas como o turismo e a pesca; são exemplos de uma busca permanente pelo melhor posicionamento possível para o futuro (ARLOTTI *et al.*, 2010, p. 184-185).

As ações descritas encontram explicação no forte convencimento de que o PM tem data de vencimento e a Antártica entrará em uma nova fase: a exploração em grande escala dos recursos não renováveis existentes. Surge assim, o terceiro cenário, no qual ainda que o TA continue regendo o continente, o PM sucumbirá perante as pressões de um mundo carente de recursos.

A Argentina e o RU fazem parte do grupo de Estados que estão em uma busca contínua do fortalecimento de suas posições na Antártica. No entanto, como será observado nos capítulos seguintes, os métodos, estratégias e recursos de poder utilizados por esses Estados variam de maneira significativa e, portanto, as possibilidades de ocupar postos de relevância quando o marco jurídico permitir a prospecção e exploração dos recursos no continente antártico.

4 A REIVINDICAÇÃO BRITÂNICA SOBRE O TERRITÓRIO ANTÁRTICO

O *British Antarctic Territory* (BAT) é um dos 14 Territórios Britânicos Ultramarinos (BOT) do RU. Sendo politicamente independente do governo central britânico, sua defesa, relações e comércio exteriores estão sob a responsabilidade da coroa britânica. Dessa maneira, o território é administrado pelo *Foreign and Commonwealth Office* (FCO), e seu administrador costuma ser o chefe do Departamento dos BOT (FACCHIN, 2015, p. 189).

O RU foi o primeiro Estado a efetuar uma reivindicação soberana sobre a Antártica em 1908, fundamentando-a no descobrimento e na tomada de posse de territórios antes da referida data. Ao adotar uma política de uso da longevidade na Antártica, o RU busca diferenciar-se da Argentina e do Chile, Estados com os quais possui reivindicações sobrepostas (DOODS; HEMMINGS, 2013, p. 1436). Dessa forma, no *British Antarctic Territory Strategy 2019 - 2029* pode-se ler: “A reivindicação do Reino Unido é a reivindicação legal mais antiga da Antártica.”⁸ (FOREIGN AND COMMONWEALTH OFFICE, 2019, p. 5, tradução do autor).

Segundo Doods e Hemmings (2013, p. 1442-1443), desde a adoção do TA o RU foi um ator reivindicador menos assertivo que a Argentina, o que é evidenciado pelo menor número de bases estabelecidas na Antártica. Além de reducionista, essa análise não está de acordo com o comportamento evidenciado pelo RU no tocante à ressignificação dos interesses presentes no território antártico ao longo do tempo.

Desde o início, a segurança e a ciência dominavam a agenda antártica. Durante a década de 1980 e até a assinatura do PM, houve um forte interesse pela prospecção e exploração de recursos renováveis e não renováveis. Daí em diante, o valor fundamental da

⁸ No original: “*The United Kingdom’s claim is the oldest legal claim in Antarctica.*”

Antártica passou a ser a proteção do meio ambiente e a necessidade de obter recursos alimentícios e energéticos para as futuras populações (GAMBA, 2013, p. 260-264).

O RU se adaptou a todos os cenários existentes, utilizando para cada um deles diferentes recursos de poder. Como Estado signatário do TA foi um dos garantidores da segurança no continente, enquanto a ciência desenvolvida pelo *British Antarctic Survey* (BAS) tem sido uma das mais reconhecidas desde sua criação em 1962. Em 1998, ratificou o protocolo ambiental, apresentando, entretanto, fortes reservas nos organismos internacionais. Por fim, seja para proteger o meio ambiente ou assegurar o acesso aos recursos estratégicos, nas últimas duas décadas, o RU intensificou suas aspirações e reivindicações soberanas sobre o BAT e incrementou a presença militar no Atlântico Sul.

Com o propósito de consolidar sua posição na Antártica, o RU vem desenvolvendo múltiplos papéis na região. Em primeiro lugar, seu papel dentro do STA é assegurado pelo trabalho desenvolvido pelo BAS e pela ciência polar financiada pelo RU em geral. No marco regional, ganha relevância o papel da *Royal Navy* e as funções do *HMS Protector*. Por último, como ator reivindicador e que se intitula Estado costeiro, realiza atividades de vigilância marítima na região antártica e em torno das Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul (IGSSS). Todas essas atividades contribuem, explícita e implicitamente, para a permanência soberana do RU no BAT e nas IGSSS (DOODS; HEMMING, 2013, p. 1439).

4.1 A contribuição da ciência britânica para o Sistema do Tratado da Antártica

Além de membro signatário original do TA, o RU é parte consultiva com direito a voto. Para atingir essa categoria, um Estado tem que desenvolver uma atividade científica substancial. De acordo com essa necessidade, no período de 1992 a 2010 o RU ocupou o primeiro lugar em quantidade de trabalhos científicos apresentados, seguido pela Nova

Zelândia, Austrália e Chile; todos Estados reivindicadores de soberania. No mesmo período, a Argentina ocupou a sexta posição (ANEXO B) (DUDENEY; WALTON, 2012, p. 3-4).

A ciência britânica no continente antártico está consolidada por uma rede de quatro bases de pesquisa permanentes e uma de verão,⁹ todas pertencentes ao BAS. Esse prestigioso serviço, que depende e é financiado¹⁰ pelo *Natural Environment Research Council* (NERC), organiza e dirige o mais vasto, multidisciplinar e internacionalizado plano de pesquisa conhecido na Antártica (FACCHIN, 2015, p. 189).

Consciente de que as bases são as plataformas ideais para o desenvolvimento de uma ciência de alto impacto e qualidade, os britânicos construíram duas instalações permanentes estrategicamente localizadas para os novos desafios e requisitos científicos: *Halley VI* e *Rothera*. As referidas bases possuem importantes pistas de pouso, cujo objetivo é uni-las entre si e com as Ilhas Malvinas (FACCHIN, 2015, p. 189-190).

Em especial, a base *Halley VI* está em operação desde 2012 e é a primeira base de pesquisa móvel do mundo. Suas instalações inovadoras colocam à disposição dos cientistas laboratórios de última geração, possibilitando o estudo de problemas mundiais como a mudança climática e o buraco na camada de ozônio. Esse último fenômeno foi descoberto pelo pessoal da base *Halley* em 1985, demonstrando o nível de excelência atingido pela ciência britânica na Antártica.

Para desenvolver seu trabalho, o BAS conta ainda com uma série de aeronaves e um navio de pesquisa de última geração: o *RRS Sir David Attenborough*, em operação desde o fim de 2021 (ANEXO C). Sua construção implicou um gasto de 200 milhões de libras esterlinas,

9 Bases permanentes: *King Edward Point* e *Bird Island* na Geórgia do Sul, *Halley VI* e *Rothera* no *British Antarctic Territory*. Base de verão: *Signy* nas Ilhas Orcadas do Sul.

10 O orçamento anual recebido pelo *British Antarctic Survey* é de aproximadamente 50 milhões de libras. Disponível em: <<https://www.bas.ac.uk/about/about-bas/our-organisation/>>. Acesso em: 27 maio 2022.

sendo o maior investimento do governo britânico em ciência polar desde a década de 1980 (HUAN, 2018).

Segundo García Moritán (2021), esse navio é o exemplo claro da utilização da ciência polar e da agenda ambiental com propósitos geopolíticos pelo RU. Além de superar as capacidades dos meios navais utilizados pelos demais programas antárticos nacionais, o navio está registrado nas Malvinas, opera desde *Puerto Argentino* e utiliza a bandeira ilegítima das Ilhas. Com uma autonomia de 19.000 milhas náuticas, pode realizar uma navegação marítima de ida e volta desde o RU até as Ilhas Malvinas, contribuindo para transformá-las na nova porta de entrada para a Antártica. As palavras de Ian Hansen, membro da assembleia legislativa das Malvinas, podem confirmar o que foi dito:

Sei que a comunidade está muito emocionada em dar as boas-vindas ao *RRS Sir David Attenborough* com a bandeira das *Falklands* às ilhas [...]. Como governo, trabalhamos em estreita colaboração como o *British Antarctic Survey* durante a pandemia [...]. Por meio de um cuidadoso planejamento, fomos capazes de operar como porta de entrada para a emocionante e importante ciência antártica ao longo da última temporada.¹¹ (BRITISH ANTARCTIC SURVEY, 2021b, tradução do autor).

Todos os argumentos apresentados demonstram a capacidade britânica de utilizar a ciência como recurso de *soft power* e consolidar-se no STA. A qualidade e quantidade dos trabalhos desenvolvidos, o massivo investimento em bases e navios de pesquisa e a abordagem responsável sobre temas ambientais mantêm ao RU na vanguarda da ciência polar com o reconhecimento mundial. Também fica evidente a utilização da ciência como recurso de poder para fortalecer os interesses soberanos sobre as Ilhas Malvinas, as IGSSS e o BAT.

¹¹ No original: “I know that the community is very excited to welcome the Falklands-flagged *RRS Sir David Attenborough* to the Islands [...]. As a government, we have worked closely with the *British Antarctic Survey* during the pandemic [...]. Through careful planning we have been able to operate as the gateway for exciting and important Antarctic science throughout the past season.”

4.2 A potência regional. A manutenção do *status quo* e o controle dos recursos

Sua estratégia de defesa e sua política exterior mostram que o RU nunca abandonou as ambições de manter a categoria de potência naval. Tanto em nível mundial quanto, em especial, no Atlântico Sul, se comporta como um Estado conservador que busca estar alinhado com os EUA para garantir a atual distribuição de poder, a qual exerce e compartilha (ALTIERI, 2018, p. 203).

Nessa tarefa, são relevantes os BOT no Atlântico¹² que lhe permitem controlar os espaços marítimos e atuar como garantidor da segurança marítima de maneira subsidiária aos EUA. No conjunto de ilhas, se destacam as IGSSS e, principalmente, as Malvinas e sua base militar de *Monte Agradable*. Pela importância geoestratégica, esse território oferece ao RU a possibilidade de projetar seu poder e influência sobre os corredores bioceânicos e a Antártica (TESTA, 2015, p. 46).

No contexto de uma política de defesa dissuasiva e coercitiva, o RU estabelece como prioridade o acesso e controle dos recursos estratégicos do planeta (ARLOTTI *et al.*, 2010, p. 124-125). Esse ator vislumbra para as próximas décadas um aumento da demanda mundial de recursos vitais para a vida humana (água e alimentos) e o esgotamento das reservas de petróleo. Essa situação poderia levar os Estados a explorar ambientes remotos e à possibilidade de se envolverem em conflitos inter e intraestatais pelo acesso a esses recursos e pela proteção de longas linhas de comunicação marítima (LCMs) para transportá-los (UNITED KINGDOM, 2015, p. 3-4).

O RU faz parte do grupo de Estados dependentes da importação de recursos, em especial, de alimentos e hidrocarbonetos. Apesar do aumento do uso de energias alternativas

¹² Gibraltar, Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha, Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul.

previsto para as próximas décadas, os combustíveis fósseis continuarão sendo a coluna vertebral de sua matriz energética (UNITED KINGDOM, 2015, p. 6).

Diante desse contexto, a proteção dos BOT, com capacidade de fornecer os referidos recursos, é de vital importância para garantir o bem-estar e o desenvolvimento futuro da população britânica. Esse fato pode ser corroborado no livro branco dos BOT:

Os Territórios do Atlântico Sul fazem parte de um sistema regional que oferece novas oportunidades estratégicas e econômicas para o futuro, inclusive em relação às Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul e o *British Antarctic Territory*, onde as oportunidades são coerentes com nossas obrigações internacionais no âmbito do Sistema do Tratado da Antártica.¹³ (FOREIGN AND COMMONWEALTH OFFICE, 2012, p. 85, tradução do autor).

Continuaremos garantindo que nossa soberania sobre os territórios seja defendida contra todos os desafios [...]. No Atlântico Sul, as forças britânicas manterão uma postura militar defensiva para defender as *Falklands* e outras ilhas britânicas.¹⁴ (FOREIGN AND COMMONWEALTH OFFICE, 2012, p. 22, tradução do autor).

Apesar do poder hegemônico do RU no Atlântico Sul, é o seu aliado, os EUA, que possui a capacidade de projetar força sobre seus espaços marítimos. No entanto, a região ainda é um ambiente estratégico de baixa prioridade para o referido ator; situação aproveitada pelas potências revisionistas como a China e a Rússia que projetaram sua área de influência sobre o Atlântico Sul e inclusive sobre a Antártica (GIOFFREDA, 2021, p. 43-44).

Ao centrar a análise na China, não se percebe a decisão de projetar seu poder militar na região, mas sim uma estratégia de efetuar investimentos e empréstimos estatais em Estados como a Argentina. A prova disso está na instalação de exploração espacial construída em *Mendoza* e no aumento de investimentos no setor energético (GIOFFREDA, 2021, p. 44).

13 No original: “*The South Atlantic Territories form a regional system offering new strategic and economic opportunities for the future, including in respect of South Georgia & the South Sandwich Islands and the British Antarctic Territory where these opportunities are consistent with our international obligations within the Antarctic Treaty System.*”

14 No original: “*We will continue to ensure that our sovereignty over the Territories is defended against all challenges [...]. In the South Atlantic British forces will maintain a defensive military posture to defend the Falklands and other British islands.*”

O peso da China na Antártica é indiscutível. Em 1984, o Estado enviou sua primeira expedição para o continente e, no ano seguinte, foi aceito como membro consultivo do STA. A partir dessa data, construiu quatro novas bases e projeta uma quinta. Esse ator é o principal importador de minerais e petróleo do mundo e conta com 1,4 bilhão de habitantes¹⁵. Grande parte da população ainda apresenta baixo consumo de energia, o que leva a pensar que, no futuro, a China estará imersa na busca por recursos energéticos em ambientes remotos como a Antártica (MATTOS, 2014, p. 182).

O avanço chinês no continente antártico é motivo de preocupação para as potências conservadoras presentes na região. Gioffreda (2021, p. 46) sugere um possível vínculo entre o mapa bicontinental difundido pela Argentina em 2020 (ANEXO D), suas relações bilaterais com a China e o *Memorandum on Safeguarding U.S. National Interests in the Arctic and Antarctic Regions* apresentado pelos EUA naquele mesmo ano. Tanto o título do *Memorandum* quanto seu conteúdo demonstram uma preocupação inédita dos EUA pela Antártica:

Para ajudar a proteger nossos interesses nacionais nas regiões ártica e antártica [...] os Estados Unidos necessita de uma frota de quebra-gelos de segurança polar preparada, capaz e disponível, que esteja operacionalmente testada e totalmente desdobrada no ano fiscal de 2029.¹⁶ (UNITED STATES OF AMERICA, 2020, tradução do autor).

Observa-se que a presença da China no Atlântico Sul e na Antártica vai configurando um cenário geopolítico cada vez mais competitivo e relacionado com o acesso e controle dos recursos da região. Os EUA continuam se apresentando como garantidor da boa ordem do mar, exigindo o controle dos espaços marítimos do Atlântico Sul e exercendo, em nome da paz, uma política de *status quo* nos termos descritos por Morgenthau (1967).

15 Disponível em: <<https://worldpopulationreview.com/countries/india-population>>. Acesso em: 23 maio 2022.

16 No original: “To help protect our national interests in the Arctic and Antarctic regions [...] the United States requires a ready, capable, and available fleet of polar security icebreakers that is operationally tested and fully deployable by Fiscal Year 2029.”

Por sua parte, o RU, que compartilha e exerce a mesma política, vê nas relações entre a Argentina e a China uma ameaça aos seus interesses no Atlântico Sul (EN...,2011). Com o objetivo de garantir o acesso aos recursos renováveis e não renováveis, esse ator acrescentará à política de *status quo* dos EUA outro conceito realista desenvolvido por Morgenthau (1967): a política de prestígio por meio do desdobramento de sua força militar.

4.3 O *Hard power* britânico no Atlântico Sul

Em junho de 2012, o NERC apresentou um plano para unificar o BAS e o *National Oceanography Centre*. No entanto, a proposta foi rejeitada e o Ministro da Ciência David Willetts fez as seguintes declarações:

O *British Antarctic Survey* é um ativo nacional e internacional que fornece ciência ambiental de nível mundial, e a presença estratégica desse país na Antártica e no Atlântico Sul.

O compromisso do Reino Unido de continuar essa dupla missão na região é mais forte do que nunca.¹⁷ (BRITISH..., 2012, tradução do autor).

Até aquele momento, o RU considerava que a ciência e outras atividades como o turismo, eram as ferramentas mais adequadas para resguardar seus interesses na Antártica. Tais atividades continuaram sendo relevantes, embora tenham se juntado a outras mais distantes de sua essência, tais como as apresentações perante a Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar (CNUDM) para estender a plataforma continental das Ilhas Malvinas e das IGSSS e o estabelecimento de AMPs (DODDS, 2013, p. 170).

Doods (2013, p. 170) assegura que há evidências para pensar que o RU vem desenvolvendo uma política de consolidação no Atlântico Sul e na Antártica desde 2010, sendo as Ilhas Malvinas a porta de entrada estratégica para fortalecer sua soberania sobre as

¹⁷ No original: “*The British Antarctic Survey is a national and international asset that delivers world-class environmental science, and this country’s strategic presence in Antarctica and the South Atlantic. The UK’s commitment to continuing this dual mission in the region is as strong as ever.*”

IGSSS e o BAT. Nesse contexto, as declarações do Ministro Willetts adquirem coerência e evidenciam que a ciência e a proteção ambiental continuam sendo importantes, mas os interesses soberanos sobre o BAT estão adquirindo um maior protagonismo.

A atitude do RU poderia estar associada a uma política argentina de negociação mais incisiva no tocante à soberania das Ilhas Malvinas, sendo provável que a intensificação da disputa tenha relação com o descobrimento de importantes reservas petrolíferas nas proximidades das ilhas no início de 2010 (LUCHETTI; TRONCOSO, 2013, p. 23).

Independentemente das causas, as autoridades britânicas iniciaram um plano de substituição e modernização das unidades militares desdobradas no Atlântico Sul. Assim, a Revisão Estratégica de Defesa e Segurança do ano de 2010 determinou que as FFAA britânicas deveriam ter em 2020 a capacidade de defender os BOT nessa região em todos os ambientes: ar, mar e terra (UNITED KINGDOM, 2010, p. 21, 24, 25).

O planejado se traduziu na manutenção de um elemento dissuasivo nas Ilhas Malvinas de aproximadamente 1.300 homens, quatro aeronaves *Eurofighter Typhoon FRG4*, um avião-cisterna VC-10, um avião de transporte KC-130 e dois helicópteros *Sea King*. Além disso, pode-se destacar o desdobramento do navio-patrolha oceânico *HMS Forth* em substituição ao *HMS Clyde* e a recente instalação do sistema de defesa aérea de última geração *Sky Sabre*, que triplica o alcance do antigo míssil *Rapier* (ARGENTINA, 2022c).

O aumento dessas capacidades foi justificado como uma medida de proteção diante de uma possível ameaça argentina (BRITAIN..., 2015), e ocorreu durante um período de desinvestimento em Defesa do Estado sul-americano (ANEXO E).

Apesar da pouca probabilidade de uma ação militar argentina, a média dos gastos britânicos com a Defesa, que entre 2006 e 2015 era de 70 milhões de libras esterlinas por ano

(HANG; DOJAS 2016, p. 26), teve um aumento de 280 milhões por um período de 10 anos com o objetivo de renovar e reforçar as defesas nas Ilhas Malvinas (BRITAIN..., 2015).

O aparato militar implantado nas ilhas permitiu que o RU elaborasse uma estratégia de *Anti-Access/Area Denial* (A2/AD) em torno dos territórios em disputa com a Argentina. São exemplos dessa estratégia a criação de uma zona de exclusão marítima nas Malvinas e as AMPs estabelecidas pelo RU nas IGSSS, onde qualquer aproximação é detectada, monitorada e eventualmente interceptada (BATTALEME, 2015, p. 20-21).

Assim, o *hard power* coercitivo permitiu ao RU penetrar unilateralmente nos espaços marítimos em disputa e efetuar a prospecção e exploração de seus recursos energéticos. Tais ações representam uma vantagem para sua consolidação definitiva no Atlântico Sul mediante a exploração de hidrocarbonetos e o estabelecimento de LCMs com foco nas Malvinas (BATTALEME, 2015, p. 21). Além disso, levando-se em conta a proximidade com a Antártica, o desenvolvimento e aperfeiçoamento das técnicas de prospecção e exploração de hidrocarbonetos torna-se ainda mais relevante perante uma eventual mudança do PM que permita tais atividades no continente antártico.

Dessa maneira, aplicando uma política de prestígio nos termos descritos por Morgenthau (1986), o RU desdobrou na região uma força militar cuja magnitude lhe permitiu dissuadir qualquer ação estatal que pudesse ameaçar seus interesses nacionais, o seja, garantir o acesso aos recursos disponíveis no Atlântico Sul e manter sob controle as Malvinas, sua principal porta de entrada para a futura fonte de recursos: a Antártica.

4.4 O *Soft power*. A estratégia britânica para se consolidar na região

O Reino Unido tem fortes laços culturais, sociais e étnicos no mundo inteiro - tais conexões serão inestimáveis se quisermos continuar utilizando o "*soft-power*" como ferramenta de influência em todo o mundo. Isso fica evidente no papel ativo que o Reino Unido desempenha em instituições internacionais, tais como a Organização

das Nações Unidas (ONU), a *Commonwealth* e a União Europeia (UE). Nossas Forças Armadas devem esperar continuar a contribuir para o *soft power* do Reino Unido [...]. O *soft power* militar terá maior credibilidade se estiver apoiado pelo *hard power*.¹⁸ (UNITED KINGDOM, 2015, p. 7, tradução do autor).

O Atlântico Sul e a Antártica são espaços em que o RU desenvolveu com êxito a estratégia descrita no parágrafo anterior. O *hard power* militar nas Ilhas Malvinas é subsidiário de uma estratégia mais ampla, que prevê a utilização dos organismos internacionais e da diplomacia para estabelecer alianças estratégicas com atores regionais e extrarregionais a serem atraídos para atingir seus objetivos.

Durante a década de 1960, a diplomacia argentina obteve uma conquista significativa no marco da ONU: a resolução 2065 (XX)¹⁹. Pela primeira vez, foi reconhecida a existência de uma disputa soberana entre o RU e a Argentina pelas Ilhas Malvinas, e as autoridades britânicas foram instadas a cumprir a resolução 1514 (XV)²⁰ da Assembleia Geral da ONU para eliminar qualquer forma de colonialismo.

Tais resoluções promoveram avanços nas negociações. No entanto, desde o início, as autoridades britânicas levaram à mesa de negociação a livre determinação dos ilhéus como princípio orientador para resolver esse caso específico de descolonização. A indiferença do RU, entre outros motivos, deu origem ao conflito do Atlântico Sul, no qual a derrota militar argentina não pôs fim à disputa soberana,²¹ aumentando, contudo, a intransigência britânica em encontrar uma solução pacífica para o conflito.

18 No original: “*The UK has strong cultural, social and ethnic links across the globe – such connections will be invaluable if we wish to continue to use ‘soft-power’ as a tool for influence worldwide. This is manifest in the active role the UK plays within international institutions such as the United Nations (UN), the Commonwealth and European Union (EU). Our Armed Forces should expect to continue to contribute to the UK’s soft power [...]. Military soft power will have greater credibility if underpinned by hard power.*”

19 Resolução 2065 (XX). Disponível em: <[https://undocs.org/es/a/res/2065\(XX\)](https://undocs.org/es/a/res/2065(XX))>. Acesso em: 03 jun. 2022.

20 Resolução 1514 (XV). Disponível em: <[https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=A%2FRES%2F1514\(XV\)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False](https://undocs.org/Home/Mobile?FinalSymbol=A%2FRES%2F1514(XV)&Language=E&DeviceType=Desktop&LangRequested=False)>. Acesso em: 03 jun. 2022.

21 A resolução 37/9 da Assembleia Geral da ONU determinou que o conflito das Malvinas não alterasse a vigência nem a natureza da disputa pela soberania das ilhas entre a Argentina e o Reino Unido.

Dessa forma, durante décadas, a Argentina se encontra em um processo no qual, todos os anos, apresenta a mesma reclamação ao Comitê de Descolonização, a ONU recomenda continuar as negociações e o RU se recusa a fazê-lo (CISNEROS, 2013, p. 281-282). A conduta britânica que ignora as resoluções da ONU é multicausal, mas fica evidente que esse ator, especialista no uso do poder em todas as dimensões, utiliza os organismos internacionais, estabelecendo sua própria agenda e tornando a da Argentina invisível.

No entanto, durante a década de 2010 as autoridades britânicas observaram com preocupação como o Mercosul, a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) apoiavam a reivindicação argentina para retomar o diálogo pelas ilhas. Em especial, o que mais inquietou o RU foi a posição dos EUA em favor de uma pronta resolução do conflito (INCE, 2012).

O governo britânico reagiu tentando criar divisões no espaço regional que a Argentina buscava encerrar por meios diplomáticos (BATTALEME, 2014). Em 2012, o Ministro das Relações Exteriores, William Hague, em visita oficial ao Rio de Janeiro expressou: “Os dias de nossa retirada diplomática de sua região terminaram. Demos início aos esforços mais ambiciosos da Grã-Bretanha para reforçar os laços com a América Latina em 200 anos.”²² (UNITED KINGDOM, 2012, tradução do autor). Durante o discurso, enfatizou a criação de um novo consulado em Recife e a intenção de duplicar o comércio bilateral. Fez menção ainda à assinatura do acordo “Ciência sem fronteiras”, que levaria 10.000 estudantes brasileiros às universidades britânicas, e ao aumento do orçamento do *British Council* no Brasil para a formação em inglês e educação em geral (UNITED KINGDOM, 2012).

²² No original: “*The days of our diplomatic retreat from your region are over. We have begun Britain’s most ambitious effort to strengthen ties with Latin America in 200 years.*”

Além disso, o antigo *UK Trade & Investment* realizou visitas ao Uruguai, Brasil e Chile, entre outros Estados, promovendo setores da economia britânica que poderiam absorver as necessidades desses países, tais como a exploração de petróleo *off shore* e o fornecimento de equipamento e tecnologia militar (BATTALEME, 2014).

Com o Brasil, a cooperação militar foi mais completa e, ao mesmo tempo, tão profunda como a existente com a Argentina; desde operações de treinamento até o apoio no mar e projetos de desenvolvimento militar conjunto (BATTALEME, 2014). A compra de três navios-patrolha oceânicos em 2012 e do Navio-Aeródromo Multipropósito “Atlântico” em 2018 é fruto do êxito da estratégia britânica.

Os britânicos também estabeleceram importantes laços de cooperação com o Chile. No âmbito civil, destaca-se o vínculo entre a *Universidad Austral de Chile* com o BAS e o *South Atlantic Environmental Research Institute*, dependente das Malvinas. A interação estatal em áreas do Pacífico e da Antártica foi intensificada a tal ponto que os referidos Estados assinaram, em *Santiago de Chile*, uma declaração conjunta sobre cooperação antártica com objetivos compartilhados para o período de 2017-2022 (CHILE, 2017).

A estratégia britânica para a América Latina teve os efeitos esperados por essa potência. Assim, os Estados do Mercosul e da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) que haviam assumido o compromisso de impedir o ingresso de unidades militares britânicas com destino às ilhas Malvinas aos seus portos e aeroportos, passaram a reconsiderar a necessidade de revisar a política de apoio à Argentina pelos escassos benefícios que ela representava (BATTALEME, 2014).

No entanto, o RU não se limitou a reforçar os laços com os países latino-americanos. Uma das principais conquistas da diplomacia britânica foi a de exercer influência

na UE e obter seu apoio. O anexo II do Tratado de Lisboa²³ contemplava as Ilhas Malvinas, as IGSSS e o BAT como parte dos territórios ultramarinos da UE. Dessa maneira, o bloco regional com maior influência internacional apoiou as reivindicações de soberania do RU e intensificou as suas próprias aspirações estratégicas na região. O *brexit*²⁴ alterou o cenário proposto, porém, é prematuro determinar se esses territórios e seus espaços marítimos passaram a fazer parte do imaginário geopolítico europeu do século XXI.

Por último, grande parte das iniciativas desenvolvidas no âmbito do STA tem sua origem na vasta influência do RU dentro do círculo antártico, principalmente os membros da *Commonwealth*, seguido dos falantes anglófonos, os membros da UE e aqueles com interesses comuns com a coroa britânica (FACCHIN, 2015, p. 190).

Em resumo, o RU ocupa, faz tempo, os primeiros lugares no ranking dos Estados que possuem mais recursos de *soft power*, utilizando-os praticamente todos no Atlântico Sul e na Antártica. Desse modo, mediante ações concretas, conseguiu fortalecer os vínculos e estabelecer alianças com importantes atores regionais e extrarregionais com os quais compartilha interesses comuns na região. Por fim, a influência exercida em todas as organizações internacionais relevantes garantiu-lhe a manutenção do *status quo* na disputa soberana pelas Malvinas, controlando um território com enorme potencialidade tanto por apresentar recursos estratégicos próprios como por ser uma via de passagem para a Antártica.

23 Acordo internacional que modifica os dois tratados que constituem a base constitucional da União Europeia. Disponível em: <https://www.hacienda.gob.es/Documentacion/Publico/SGT/CATALOGO_SEFP/101_TUE-TFUE-castellano-INTERNET.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2022.

24 *Brexit* é uma abreviação para "*British exit*" ("saída britânica", na tradução literal para o português). Esse é o termo que costuma ser usado quando se fala sobre a decisão do Reino Unido de deixar a UE em 31 de janeiro de 2020.

5 A REIVINDICAÇÃO ARGENTINA SOBRE O TERRITÓRIO ANTÁRTICO

A Argentina reivindica a soberania sobre o *Sector Antártico Argentino* (SAA), fundamentando sua reivindicação em diversos fatos: a herança histórica da Espanha; a proximidade geográfica e a continuidade geológica com o território argentino; a ocupação permanente de bases antárticas; e o desenvolvimento da ciência por mais de um século.

Em 2 de janeiro de 1904, o governo argentino adquiriu as instalações científicas de uma expedição escocesa, construindo a base mais antiga da Antártica: *Orcadas*. Isso significou, entre outras coisas, contar com a presença humana permanente e ininterrupta mais antiga do continente, e definir a pesquisa científica como eixo central da Política Nacional Antártica (PNA) (MEMOLLI, 2021, p. 70).

Entretanto, a história não é contada da mesma forma por todos os atores. Em 2020, o RU realizou uma forte campanha em todos os meios acadêmicos e nas redes sociais pelos 200 anos do suposto descobrimento britânico da Antártica. Além disso, gerou um documento de trabalho na 42ª Reunião Consultiva do Tratado da Antártica com recomendações para celebrar o evento. Ainda que a iniciativa não tenha prosperado, a ideia foi apoiada pelo Comitê Científico de Pesquisa Antártica (SCAR), servindo de importante suporte para a consolidação britânica sobre o BAT (MEMOLLI, 2021, p. 70-71) e representando a confirmação da grande influência do *soft power* britânico sobre o STA.

A política antártica argentina, desenvolvida por mais de seis décadas, representa uma das mais coerentes ações de Estado desse ator. Desde a assinatura do TA até os dias de hoje, o debate entre ciência e presença sempre esteve presente, porém, os governos compreenderam que os conceitos não eram incompatíveis (COLACRAI, 2013, p. 276).

Dessa forma, a Argentina conseguiu tornar-se uma referência nas atividades antárticas e, ao mesmo tempo, operar sete bases permanentes e seis temporárias, sendo o Estado com maior número de bases no continente. Além disso, em 2004 foi designada sede da Secretaria Executiva do Tratado da Antártica em reconhecimento à sua ativa e produtiva participação em todas as atividades e foros, desde o ponto de vista científico até o logístico (FACCHIN, 2015, p. 172-173).

Em termos organizacionais, a *Dirección Nacional del Antártico* planeja, coordena, dirige, controla e difunde toda a atividade antártica a fim de cumprir os objetivos e prioridades da PNA. O Instituto Antártico Argentino (IAA), órgão que coordena e dirige a atividade científica, é subordinado a essa Direção.

5.1 Desdobramento territorial, ciência e logística na Antártica

O IAA, criado em 17 de abril de 1951, é o primeiro organismo mundial dedicado exclusivamente à pesquisa científica antártica. Suas autoridades procuram posicionar a Argentina como protagonista central do STA, mediante um trabalho comprometido com a cooperação científica internacional, a proteção do meio ambiente e a manutenção da paz.

Entre suas principais linhas de pesquisa estão o estudo da mudança climática, a diminuição da camada de ozônio, o clima espacial e as pesquisas microbiológicas. Não obstante, a atividade científica mais relevante do IAA é o estudo das relações biogeográficas entre a Antártica e o continente sul-americano. Demonstrar que o SAA possui íntimas conexões com o restante do território continental argentino é uma forma de validar suas pretensões territoriais (ARGENTINA, [2022?d]).

As bases argentinas desdobradas na Antártica permitem o desenvolvimento sustentável da ciência polar, sendo plataformas ideais para estabelecer convênios com atores

privados e públicos. Em *Carlini*, principal base científica argentina, existe um convênio com o laboratório alemão *Dallman* e outro com o Instituto Nacional de Oceanografia e Geofísica Experimental de *Trieste* sobre sismologia. Em *Marambio*, são obtidos registros de ozônio em um programa conjunto com o Instituto Nacional de Tecnologia Aeroespacial espanhol. Finalmente, vale destacar as pesquisas científicas desenvolvidas com a Administração Nacional Oceânica e Atmosférica dos EUA na base *Esperanza* (ARGENTINA, [2022?b]).

Entretanto, o significativo desdobramento antártico argentino apresenta dificuldades. A partir dos dados oficiais dos programas antárticos nacionais, o *Council of Managers of National Antarctic Programs* (COMNAP) difundiu em 2017 os meios científicos, logísticos, sanitários e técnicos de todas as bases e estações antárticas. Com base nessas informações, verificou-se que a Argentina conta com o menor número de cientistas em suas bases (permanentes e de verão) e um dos percentuais mais baixos de espaço destinado à pesquisa quando comparado com a superfície total de suas bases (ANEXO F). Além disso, pela antiguidade de suas instalações, as bases argentinas necessitam de alguns trabalhos de modernização para atingir melhores padrões de eficiência em relação às necessidades energéticas e de impacto ambiental (MEMOLLI, 2021, p. 73-74).

O êxito das operações do Programa Antártico Argentino (PAA) depende do apoio logístico prestado pelo *Comando Conjunto Antártico*, mediante o planejamento e execução das campanhas antárticas. Para desenvolver tais operações, conta com o recém-modernizado navio quebra-gelo *ARA Almirante Irizar* com helicópteros SH-3 embarcados e quatro navios polares da classe *Neftegaz* adquiridos da Rússia em 2015. Além disso, a coluna vertebral da frota aérea está formada pelos aviões C-130 Hercules da *Fuerza Aérea Argentina*.

As FFAA argentinas, elemento essencial para a manutenção da política antártica, garantem o desdobramento, apoio logístico e desenvolvimento da atividade científica. No

entanto, o desinvestimento ocorrido nas últimas décadas não passou despercebido. O incêndio do *ARA Almirante Irizar*, que o deixou inativo por uma década, resultou na compra de navios polares de 35 anos de uso. Embora tenham cumprido com suas funções, eles não estão completamente aptos para as tarefas antárticas (BATTALEME, 2019).

Essa situação contrasta com as capacidades antárticas adquiridas ou em vias de serem adquiridas pelos Estados com pretensões soberanas sobre o SAA. Em relação ao RU, a recente incorporação do *RRS Sir David Attenborough* já foi analisada. Por sua parte, o Chile retirou do serviço o quebra-gelo *Almirante Viel* em 2019, tendo iniciado antes a construção de seu substituto nos estaleiros de sua Marinha. Dessa maneira, com um investimento aproximado de 216 milhões de dólares, o projeto *Antártica I* entregará a esse ator um navio de produção nacional com capacidades semelhantes às do quebra-gelo argentino no final de 2024 (GARCÍA, 2022).

No tocante à logística terrestre, desde o estabelecimento da PNA há importantes objetivos consoantes aos recursos logísticos que não foram materializados. Ela procurava priorizar o fortalecimento das capacidades portuárias e logísticas de *Ushuaia* e de outros portos e aeroportos patagônicos como pontos de acesso à Antártica (ARGENTINA, 1990). Por diversos motivos, ainda não foram realizadas obras de melhoria do porto de *Ushuaia* e o aeroporto de *Rio Gallegos*, o de maior potencial antártico, foi privatizado.

Sem embargo, existe atualmente uma intenção política de recuperar e desenvolver novas capacidades relacionadas com a logística antártica. Em 2021, em cumprimento da *Directiva de Política de Defesa Nacional (DPDN)*, foi iniciada a construção da *Base Naval Integrada (BNI)* (MOSLE, 2022). Esse centro logístico, que busca ampliar e desenvolver novas capacidades para o PAA e prestar serviços e assistência a outros Estados,

faz parte de um plano que inclui a construção do *Polo Logístico Antártico em Ushuaia* e um centro de características similares na *Base Permanente Conjunta Petrel* (ARGENTINA, 2021a).

No período de quatro anos, está prevista a reforma das atuais instalações da base *Petrel*, além da construção de duas pistas de pouso e a instalação de um cais seguro. Se o que está planejado se concretizar, a Argentina passaria a contar com uma porta de entrada multimodal para a Antártica, integrando a logística naval e aérea em uma mesma base (ARGENTINA, 2022a).

Tais iniciativas ocorrem no momento em que *Punta Arenas* é, dentre as cinco portas de entrada da Antártica, a mais utilizada pelos programas estrangeiros. Nessa cidade está o assentamento e ponto logístico preferencial dos Estados que desenvolvem atividades na zona antártica sul-americana, contando com o apoio técnico e dos estaleiros da Marinha Chilena para solucionar problemas complexos (FACCHIN, 2015, p. 177).

Por seu lado, o RU realizou melhorias significativas em *Puerto Argentino* para a chegada de navios de maior porte. Também na pista de pouso de *Monte Agradable*²⁵, recebendo voos diretos da Europa, como os da empresa *Lufthansa*, em apoio ao programa antártico alemão²⁶. Essas ações evidenciam a intenção de desenvolver um polo logístico nas Malvinas que proporcione apoio estratégico para o programa antártico britânico e de terceiros Estados.

Em resumo, a ciência foi aproveitada pela Argentina como um importante recurso de *soft power*, o que lhe permitiu manter um papel central no STA, estabelecer convênios com

25 Em 2020, foi realizada a repavimentação e ampliação da pista principal. Atualmente conta com 3.000 metros de comprimento. Disponível em: <<https://viapais.com.ar/malvinas/1700169-los-ingleses-repavimentaron-la-pista-principal-de-monte-agradable/>>. Acesso em: 12 jun. 2022.

26 Em 31 de janeiro, uma tripulação com 16 membros, liderada pelo capitão Rolf Uzat, saindo de Hamburgo, realizou o voo sem escalas mais longo da história da companhia aérea. Disponível em: <<https://www.aviacionline.com/2021/02/la-tripulacion-de-lufthansa-regreso-a-munich-despues-del-vuelo-record-a-las-islas-malvinas/>>. Acesso em: 12 jun. 2022.

atores privados e públicos e obter êxitos relevantes como a Secretaria do TA. Atualmente, os principais desafios estão relacionados à logística, sendo necessário investir na modernização das bases antárticas e na aquisição de novas unidades navais de apoio. Por fim, é imprescindível a realização das obras previstas na BNI para que a cidade de *Ushuaia* passe a ser mais bem considerada pelos programas antárticos estrangeiros. Dessa maneira, a Argentina acabaria com anos de dificuldades para transformar um recurso de poder potencial, como a geografia, em poder real.

5.2 Política de Defesa Nacional e o orçamento para Defesa

Em 14 de julho de 2021 foi aprovada, pelo Decreto nº 457/2021, a atualização da DPDN. A Argentina mantém uma estratégia defensiva, a qual deve ser entendida sob duas dimensões: autônoma e cooperativa. Assim, suas forças e capacidades não ofensivas estão ligadas e complementadas pelos compromissos assumidos pelo setor da defesa em termos regional e global. Dessa forma, se projeta, estrutura e organiza um modelo de defesa oposto a políticas, atitudes e capacidades ofensivas de projeção de poder perante outros Estados, limitando a atuação das FFAA a repelir um ataque militar externo (ARGENTINA, 2021a).

A DPDN também rejeita qualquer argumento que implique o uso das FFAA além da autodefesa. Isso inclui o combate às chamadas novas ameaças e à guerra híbrida. Cabe destacar que a DPDN de 2018 reconhecia a necessidade de abordar com o instrumento militar questões relacionadas com o narcotráfico, a pirataria, o tráfico de pessoas e o contrabando, bem como evitar a expansão do terrorismo transnacional.

O marco internacional condiciona os atores com extenso litoral, como a Argentina, a resolver os problemas marítimos a partir de duas vertentes. Por um lado, a manutenção de um poder naval que proporcione liberdade de ação para o alcance dos objetivos estratégicos.

Por outro lado, a cooperação regional para assegurar um estado de confiança e estabilidade nas relações (ARLOTTI *et al.*, 2010, p. 218).

A manutenção de um poder naval que atende às suas necessidades é algo que a Argentina teve dificuldades para concretizar. Já faz tempo que apresenta deficiências no controle de seu litoral, produto da conjugação de dois fatores: as grandes extensões de vigilância e controle sobre os espaços marítimos e uma paulatina degradação dos meios navais e aeronavais. A causa das capacidades perdidas está no exíguo orçamento destinado à Defesa, que desde 2004 não ultrapassou 1% do Produto Interno Bruto (PIB), sendo um dos mais baixos da região e do mundo (BANCO MUNDIAL, 2020).

O desinvestimento resultou na perda de peso específico como ator internacional e regional, impedindo-lhe, entre outras coisas, de fazer valer sua posição perante a prospecção e potencial exploração de hidrocarbonetos na plataforma continental argentina e a outorga ilegal de licenças de pesca em águas em disputa com o RU.

Também é preocupante a diminuição de capacidades militares em relação a importantes parceiros regionais, dificultando a cooperação e o estabelecimento de novas alianças. A nova DPDN destaca a necessidade de fomentar agendas e vínculos cooperativos com o Brasil no Atlântico Sul (âmbito estratégico com ampla margem para estreitar vínculos) e com o Chile no setor do Mar Austral (espaço estratégico relevante para o acesso à Antártica). No entanto, o mesmo documento expõe que o desafio exigirá um consistente e sustentável esforço para recuperar capacidades militares, algo que a aprovação do *Fondo Nacional de la Defensa* em 2021 busca resolver (ARGENTINA, 2021a).

Desse modo, em 2 de junho de 2022 chegou à Argentina o último dos quatro navios-patrolha oceânicos construídos pela empresa francesa *Naval Group*. A compra representa a primeira aquisição de navios de superfície novos em 40 anos, sendo considerada

pelas autoridades de defesa como uma prova de que a Argentina, dentro de uma estratégia defensiva, tem capacidade dissuasiva e de vigilância e controle de seus espaços marítimos (ARRIBÓ..., 2022).

Em vista de que qualquer estratégia precisa de meios, a incorporação dessas novas unidades poderia representar um ponto de partida para o fortalecimento de um poder naval que, no marco de uma DPDN com diretrizes estáveis, permita à Argentina desenvolver uma estratégia que considere os seguintes pontos: recuperar o peso específico como ator regional; defender os interesses nacionais no Atlântico Sul; e formar alianças para enfrentar com mais e melhores argumentos qualquer mudança no *status quo* antártico.

5.3 A necessidade de gerar alianças. Dificuldades atuais e desafios futuros

Segundo Cisneros (2013, p. 281-283), na questão pelas Malvinas, a Argentina se baseou na razão jurídica e não deu a devida importância a certos aspectos do realismo e da diplomacia, perdendo peso específico e ganhando a indiferença do RU. Considera ainda que o Estado latino-americano está cometendo o mesmo erro na Antártica, confiando exclusivamente em seus direitos de soberania. Assim, estaria abandonando a busca de alianças e interesses comuns que poderiam apoiar as suas reivindicações caso o RU optasse por ignorá-las.

Dessa maneira, afirma que qualquer política que continue considerando separadamente as Malvinas e a Antártica, e cuja discussão soberana se limite à Argentina e ao RU, está destinada ao fracasso. Cisneros propõe assim, levar as questões a uma disputa maior pelo Atlântico Sul, trazendo outros integrantes para a discussão: o Brasil e o Chile.

O Brasil busca fortalecer a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) para consolidar-se como ator regional relevante, aumentar sua influência e minimizar a

interferência militar de potências extrarregionais. A prospecção e exploração da Amazônia Azul e o uso de suas LCMs são vitais para seu desenvolvimento. Por essa razão, a fim de aumentar a segurança marítima, procura expandir um ambiente de cooperação com os Estados costeiros do Atlântico Sul (BRASIL, 2020, p. 33).

Entretanto, as limitações das marinhas que fazem parte da ZOPACAS, inclusive a Argentina, dificultam a implementação da estratégia do Brasil para a região. Assim, a necessidade de defender seus ativos nacionais, assegurar as LCMs com a África e a tomada de consciência das múltiplas formas pelas quais seu espaço aéreo pode ser penetrado; levaram ao Brasil a colaborar com potências como o RU e a França, entre outras. Dessa forma, procura aumentar a suas capacidades de A2/AD, as quais poderia empregar para negar o acesso à sua zona de interesse, inclusive a essas potências (BATTALEME, 2015, p. 19).

Nesse contexto, a vontade política do governo argentino de fomentar a cooperação no Atlântico Sul e a recuperação paulatina de suas capacidades militares, poderiam permitir que o Brasil encontre na Argentina um parceiro com quem compartilhar sua estratégia de oposição à projeção do poder sobre os espaços comuns próximos às áreas de interesse.

Na Antártica, há grandes desafios para reverter a pouca cooperação entre os referidos Estados. Na ilha Rei George, onde está localizada a Estação Comandante Ferraz, só há duas pistas de pouso: uma na base argentina de *Carlini* e outra na base chilena de *Frei*. A maior longitude da pista chilena que permite operar com aeronaves de maior porte, somado à possibilidade de realizar operações conjuntas (aéreas e marítimas) levou à Força Aérea Brasileira a optar por operar a partir da base de *Frei* (ANDRADE *et al*, 2018, p. 31).

As aeronaves e navios brasileiros também têm preferência pela cidade de *Punta Arenas*, a qual é utilizada como apoio logístico e ponto de partida para a Antártica. Os motivos

pelos quais *Ushuaia* ficou em segundo plano são claros: o maior custo de operação e a inexistência de um rebocador, limitando as atracções no porto às condições climatológicas (ANDRADE *et al*, 2018, p. 31).

Com a concretização da construção da BNI, a realização de melhorias no porto de *Ushuaia* e a entrada em serviço da *Base Permanente Petrel*, a Argentina estaria em condições de oferecer uma importante alternativa para o programa antártico brasileiro.

Finalmente, é indispensável reverter a falta de interação no campo da ciência antártica, área em que a Argentina conta com vários argumentos para fazê-lo. Atualmente, o Brasil continua fomentando o trabalho científico em conjunto com a Índia e a África do Sul, Estados com os quais compõe o fórum de diálogo IBAS (ANDRADE *et al*, 2018, p. 27).

No extremo insular austral, a Argentina e o Chile estão unidos por interesses comuns. O controle dos corredores bioceânicos e o tratamento da problemática antártica são temas de uma agenda comum desses Estados.

No canal de Beagle, o Tratado de Paz e Amizade (1984) incluiu a delimitação dessa via marítima, dividindo sua administração e solucionando as controvérsias. Para o Chile, o acordo pressupõe o acesso ao Atlântico Sul e à Antártica. Para a Argentina, a regulamentação dos direitos de navegação pela zona e o acesso ao continente antártico (FESEI, 2020).

Entretanto, a atual situação das FFAA argentinas colocou a esse ator em clara desvantagem em relação ao controle dessa via de comunicação marítima. Assim, o sistema é instável pela debilidade militar argentina, mas com tendência à estabilidade pelas boas relações entre os atores. As principais variáveis de risco são os recursos ainda não explorados e as previsões de aumento do tráfego marítimo (econômico, científico e militar) (FESEI, 2020).

A cooperação antártica argentino-chilena abrange diferentes âmbitos. Na área da defesa, destaca-se a criação da *Patrulla Antártica Naval Combinada* (PANC) que desde 1984

fornece serviços de busca, resgate, controle e combate à contaminação no Mar Austral em cumprimento do TA.

Em 2009 ocorreu a primeira sessão parlamentar conjunta na base chilena de *Frei*, momento em que o RU exigia perante a ONU a ampliação de suas reivindicações territoriais na península antártica. Nessa ocasião, o Chile e a Argentina apresentaram uma declaração conjunta reivindicando seus direitos soberanos e não reconhecendo os fundamentos britânicos para ampliar as suas aspirações (INTENTO..., 2009).

Por fim, desde 2012 está em funcionamento o *Comité ad-hoc Argentina-Chile sobre Coordinación Política en Materias Antárticas*. Este é um instrumento utilizado para promover a coordenação bilateral de posições nos principais fóruns antárticos e para articular a cooperação científica e logística no marco do TA e da Convenção sobre a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos. Entre suas principais conquistas está a apresentação de uma AMP na Península Antártica ocidental e no sul do *Arco de Scotia* em 2018 (ARGENTINA, [2020]).

No entanto, as atuais relações bilaterais apresentam dificuldades. A origem foi o relatório sobre os limites da plataforma continental apresentado pela Argentina perante a Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC). Uma vez aprovados os limites ampliados, a divulgação do novo mapa fez com que o Chile emitisse em 2020 um documento diplomático dirigido ao governo argentino e ao Secretário-geral da ONU, não reconhecendo a extensão da plataforma continental reivindicada pela Argentina na região do Mar Austral por considerá-la uma declaração unilateral (ARÁNGUIZ, 2020). O pensamento da liderança chilena pode ser visto nos conceitos de um importante diplomata chileno, que foram reproduzidos pela *Armada de Chile* na *Revista de Marina*:

[...] o mapa oficial reproduzido por seu governo e por seu mídia trata diretamente de sustentar que a plataforma continental além das 200 milhas, abrange amplos

espaços do Atlântico Sul atualmente sob a administração do governo britânico (arquipélagos das *Falkland*/Malvinas e Geórgia do Sul), além dos territórios submarinos localizados ao Sul, SE e SO do Cabo de Hornos, ou seja, espaços que segundo o direito interno chileno pertencem à XII Região de Magalhães e Antártica Chilena.²⁷ (GUZMÁN, 2017, p. 13, tradução do autor).

A reação chilena foi quase imediata. Em 23 de agosto de 2021, foi emitido um Decreto presidencial a fim de incorporar a seu território 1.000 quilômetros quadrados de uma zona de Gelo Continental já delimitada e 5.000 quilômetros quadrados que pertencem à plataforma continental argentina (LETJMAN, 2021). Cabe destacar que apesar de existir uma reivindicação argentina, ela permaneceu no âmbito bilateral.

Sendo a diplomacia um recurso de poder valorizado tanto pelos realistas quanto pelos liberais, a Argentina não conseguiu empregá-la de maneira eficaz para fortalecer os laços com um Estado com o qual, historicamente, tinha conseguido restringir as aspirações expansionistas britânicas no continente antártico. Ao contrário, o RU, não se limitando à razão jurídica, operou no campo diplomático conseguindo estreitar diferenças e cooperar na Antártica com um ator com o qual mantém uma reivindicação territorial sobreposta.

Da mesma forma que a perda de capacidades militares dificultou a cooperação no Atlântico Sul com o Brasil, as decisões diplomáticas chilenas podem ter origem na debilidade militar argentina. Como sustenta Battaleme (2019), a Argentina é parceira do Brasil e do Chile, no entanto, para continuar como tal deve procurar igualá-los militarmente. Em outras palavras, estaria sendo cumprido o que foi dito por Nye (2004): os Estados com dificuldades econômicas e militares correm o risco de não apenas perder seus recursos de *hard power*, mas também a capacidade de influenciar e parte de seu atrativo, ou seja, seu *soft power*.

27 No original: “[...] el mapa oficial reproducido por su Gobierno y por su prensa apunta directamente a sostener a que la plataforma continental más allá de las 200 milla, comprende amplios espacios del Atlántico Sur actualmente bajo administración del gobierno Británico (archipiélagos de las Falkland/Malvinas y Georgias del Sur), además de territorios submarinos situados al Sur, al SE y al SO del Cabo de Hornos, esto es, espacio que según el derecho interno chileno corresponde a la XII Región de Magallanes y Antártida Chilena.”

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2048 será chave para a continuidade do *status quo* antártico. A partir de uma concepção realista das RI, prevê-se que os Estados procurando assegurar os recursos estratégicos do continente, provocarão a queda do TA, gerando automaticamente uma disputa pelo território. Do ponto de vista liberal, os institucionalistas consideram que o STA tem conseguido conservar a paz e regular a atividade antártica por mais de seis décadas e, portanto, acreditam que o TA e seu protocolo ambiental permanecerão em vigor.

Não obstante, o aumento da demanda de recursos vitais (alimentos e água), somado às pressões dos Estados e empresas privadas com capacidades de prospecção e exploração de petróleo, gás e minerais, antecipa que o PM, principal impedimento para a execução dessas atividades, poderia ser modificado e a Antártica entrar na fase de exploração sistemática de seus recursos estratégicos.

Sendo esse o cenário mais provável, os atores que procuram influenciar no destino da Antártica e seus recursos, buscam aprimorar a suas capacidades científicas e logísticas, desenvolver novas tecnologias para a prospecção e exploração de recursos e gerar alianças com Estados com os quais compartilham interesses comuns. Além disso, procuram desenvolver um *hard power* militar para apoiar, caso necessário, o acesso a esses recursos e seu controle.

O RU foi eficaz em atingir todos esses objetivos. Na Antártica, os britânicos ultrapassaram a todos os demais atores no desenvolvimento de uma ciência de alto impacto e qualidade, utilizando-a como uma ferramenta de influência dentro do STA. A economia e o desenvolvimento científico são recursos de *soft power* nos quais o Reino Unido se destaca a nível mundial e ambos foram a base de suas conquistas científicas no continente antártico.

Apesar disso, o RU vê a Antártica não apenas como um território destinado à ciência, mas também como uma fonte de recursos para resolver vários de seus problemas, incluindo a sua dependência energética dos combustíveis fósseis. Essa poderia ser a razão pela qual esse ator começou a colocar as questões soberanas e científicas no mesmo nível de prioridade, ou pelo menos posicionar a ciência ao serviço das reivindicações territoriais.

Sem embargo, mais de 14.000 km separam o RU do continente antártico, o que constitui uma limitação para a defesa de suas LCMs e para a logística antártica. Influenciar no Atlântico Sul e controlar as Malvinas, foi a solução adotada para mitigar essa situação. Assim, garantir o bom uso do mar e manter o *status quo* no Atlântico Sul lhe possibilitou atingir o primeiro objetivo. Simultaneamente, a partir de uma concepção realista do poder, desenvolveu uma força militar desproporcional nas Malvinas; a qual combinada com a influência exercida na ONU, garantiu-lhe o controle de um território que, por meio de obras, está conseguindo transformá-lo na nova porta de entrada para a Antártica.

Finalmente, a rede diplomática britânica, talvez seu principal recurso de *soft power*, permitiu-lhe degradar a estratégia de cooperação que a Argentina procurou instalar com Estados da região, especialmente Brasil e Chile. Da mesma forma, ao influenciar os Estados da UE e os membros da *Commonwealth*, foi capaz de gerar interesses comuns com esses atores na Antártica e ganhar seu apoio para sua reivindicação territorial sobre o SAA.

Como resultado de uma ininterrupta e relevante atividade antártica e de um significativo desdobramento territorial no continente, a Argentina continua a ser um ator influente no STA. No entanto, o número de trabalhos científicos produzidos está abaixo dos entregues pelo RU, e a porcentagem de cientistas em suas bases é a mais baixa dos programas antárticos. Além disso, a logística antártica desenvolvida pelas FFAA argentinas, embora eficaz, começa a dar sinais de necessidade de renovação de seus meios navais.

No SAA, reivindicado em parte pelo Chile e em sua totalidade pelo RU, também está presente a principal potência sul-americana, o Brasil. Com o Chile, a cooperação antártica é fluida e abrange os âmbitos político, diplomático e militar. Não obstante, a difícil situação das FFAA argentinas e as atuais divergências diplomáticas envolvendo a Antártica e o Mar Austral afetam as relações bilaterais entre os principais atores antárticos da América do Sul.

Com o Brasil, a cooperação militar no Atlântico Sul é reduzida e na Antártica quase nula. A recuperação das capacidades militares é essencial para fortalecer a ZOPACAS e/ou articular uma estratégia bilateral em matéria de defesa. Além disso, a construção do Polo Logístico em *Ushuaia* e da base *Petrel* permitiria ao Brasil diversificar sua dependência logística do Chile, e à Argentina ganhar um parceiro antártico com o qual gerar interesses comuns em relação ao destino do continente no caso de possíveis mudanças no *status quo*.

Os direitos soberanos e a razão jurídica foram os únicos elementos utilizados pela Argentina para reverter a problemática das Malvinas. Abandonar as questões do realismo e da diplomacia, ou seja, procurar desenvolver um *hard power* militar significativo e construir alianças para aumentar a influência na região, teve um impacto negativo em suas aspirações soberanas. Repetir a mesma fórmula na Antártica poderia ter consequências idênticas.

Os desafios da Argentina para manter suas aspirações em relação à Antártica e seus recursos são diversos. Desde o incremento da pesquisa científica e aprimorar a logística, até desenvolver capacidades de prospecção e exploração de recursos minerais que atualmente não possui. Sem embargo, o primordial é recuperar um peso específico militar na região que compense o desequilíbrio de forças existentes. O incremento da capacidade militar não significa a sua utilização para atividades contrárias ao TA, mas deve contribuir para quebrar a lógica de isolamento que sofre a Argentina e permite-lhe estabelecer acordos e alianças para chegar ao ano 2048 como um ator influente dentro do STA.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Mariana. Nuevas dinámicas del poder naval en el siglo XXI: la competencia del control por el espacio marítimo. *Revista Relaciones Internacionales*, La Plata, n. 55, p. 197-211, 2018. Disponível em: <<http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/72618>>. Acesso em: 21 maio 2022.

ANDRADE, Israel de Oliveira *et al.* *O Brasil na Antártica: A importância científica e geopolítica do PROANTAR no entorno estratégico brasileiro*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, nov. 2018. 54 p. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8901/1/td_2425.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2022.

ARÁNGUIZ, Óscar. Chile reclama por pretensión argentina sobre la plataforma continental. *Infodefensa*, Chile, 27 mayo 2020. Disponível em: <<https://www.infodefensa.com/texto-diario/mostrar/3125588/chile-reclama-pretension-argentina-sobre-plataforma-continental>>. Acesso em: 17 jun. 2022.

ARGENTINA. Decreto 2316 de 5 de noviembre de 1990. Aprueba y establece la Política Nacional Antártica. *Boletín Oficial de la República Argentina*, Ciudad de Buenos Aires, 8 nov. 1990. Disponível em: <<https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/decreto-2316-1990-4774>>. Acesso em: 12 jun. 2022.

ARGENTINA. Decreto 457 de 14 julio de 2021a. Aprobar la actualización de la Directiva de Política de Defensa Nacional (DPDN), que como ANEXO (IF-2021-60150305-APN-SSPEYPM#MD), forma parte del presente decreto. *Boletín Oficial de la República Argentina*, Ciudad de Buenos Aires, 19 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/246990/20210719>>. Acesso em: 12 jun. 2022.

ARGENTINA. Instituto Geográfico Nacional. *Mapa Bicontinental de la República Argentina*. Buenos Aires, dic. 2021b. Mapa Físico. Disponível em: <<https://www.ign.gob.ar/AreaServicios/Descargas/MapasEscolares>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

ARGENTINA. Ministerio de Defensa. *Reabastecimiento de la Base Conjunta Antártica Petrel*, Buenos Aires, 7 mar. 2022a. Disponível em: <<https://www.argentina.gob.ar/noticias/reabastecimiento-de-la-base-conjunta-antartica-petrel>>. Acesso em: 12 jun. 2022.

ARGENTINA. Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto. *Bases Antárticas Argentinas*, Buenos Aires, [2022?b]. Disponível em: <<https://www.cancilleria.gob.ar/es/iniciativas/dna/antartida-argentina/bases>>. Acesso em: 9 jun. 2022.

ARGENTINA. Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto. Comunicado de Prensa n. 051/22 de 29 enero de 2022c. Rechazo al despliegue militar británico en el Atlántico Sur. Disponible em: <<https://www.cancilleria.gob.ar/es/actualidad/noticias/rechazo-al-despliegue-militar-britanico-en-el-atlantico-sur>>. Acceso em: 29 maio 2022.

ARGENTINA. Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto. *Instituto Antártico Argentino*, Buenos Aires, [2022?d]. Disponible em: <<https://www.cancilleria.gob.ar/es/iniciativas/dna/instituto-antartico-argentino>>. Acceso em: 9 jun. 2022.

ARGENTINA. Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto. *Propuesta argentino-chilena de Área Marina Protegida para la Península Antártica*, Buenos Aires, [2020]. Disponible em: <<https://www.cancilleria.gob.ar/es/propuesta-argentino-chilena-de-area-marina-protegida-para-la-peninsula-antartica>>. Acceso em: 19 jun. 2022.

ARLOTTI, R. *et al. Zonas de interés estratégico y geopolítico para la Nación: Situación en el Atlántico Sur y Antártida*. Buenos Aires: Instituto Universitario Naval, 2010.

ARRIBÓ al país el nuevo patrullero oceánico ARA “Contraalmirante Cordero”. *Gaceta Marinera*, Argentina, 2 jun. 2022. Disponible em: <<https://gacetamarinera.com.ar/arribo-al-pais-el-nuevo-patrullero-oceanico-ara-contraalmirante-cordero/>>. Acceso em: 13 jun. 2022.

AUZA, F.; FERRARI, A. El día después del Tratado Antártico: Escenarios y proyecciones. In: CENTRO DE ESTUDIOS DE LA DEFENSA NACIONAL. *El día después del Tratado Antártico: Escenarios y proyecciones*. Madrid: Instituto Español de Estudios Estratégicos, 2018. p. 11-40. Disponible em: <https://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_trabajo/2019/DIEEET05-2018TratadoAntartico.pdf>. Acceso em: 28 abr. 2022.

AUZA, F.; FERRARI, A. *La evolución del escenario Antártida y los procesos de liderazgo en el sector*. 2017. Trabajo de investigación - Escuela Superior de Guerra Argentina, Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Disponible em: <<http://cefadigital.edu.ar/handle/1847939/396>>. Acceso em: 2 maio 2022.

BANCO MUNDIAL. Gasto militar (porcentaje del PBI) – Argentina. 2020. Disponible em: <<https://datos.bancomundial.org/indicador/ms.mil.xpnd.gd.zs?locations=AR>>. Acceso em: 30 maio 2022.

BATTALEME, Juan. Cambiando el statu quo de la geopolítica internacional: el acceso a los espacios comunes y las estrategias de negociación de espacio y antiacceso. In: CONGRESO NACIONAL DE CIENCIA POLÍTICA, 12., 2015, Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo, 2015. p. 22. Disponible em: <<https://repositorio.uade.edu.ar/xmlui/handle/123456789/6367?show=full>>. Acceso em: 01 jun 2022.

BATTALEME, Juan. *Defensa hoy es un cascarón vacío*. [Buenos Aires], 23 feb. 2019. Entrevista concedida a Nadia Nasanovsky. Universidad del Centro de Estudios Macroeconómicos de Argentina (UCEMA). Disponible em: <<https://ucema.edu.ar/investigacion/infobae-230219>>. Acceso em: 10 jun. 2022.

BATTALEME, Juan. La Política exterior del Reino Unido y su incidencia sobre los intereses de la Republica Argentina. *JB*, Buenos Aires, 25 feb. 2014. Disponible em: <<https://juanbattaleme.com.ar/la-politica-exterior-del-reino-unido-y-su-incidencia-sobre-los-intereses-de-la-republica-argentina-version-para-agenda-internacional/>>. Acceso em: 5 jun. 2022.

BRASIL. Política Nacional de Defesa - Estratégia Nacional de Defesa (encaminhadas, em 22 de julho de 2020, para apreciação do Congresso Nacional), 2020. Disponible em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/estrategia-nacional-de-defesa>. Acceso em: 14 jun. 2022.

BRITAIN to boost Falklands Islands defences. *BBC News*, [London], 24 mar. 2015. Disponible em: <<https://www.bbc.com/news/uk-politics-32031342>>. Acceso em: 30 maio 2022.

BRITISH Antarctic Survey merger plan ruled out. *BBC News*, [London], 2 nov. 2012. Disponible em: <<https://www.bbc.com/news/science-environment-20178510>>. Acceso em: 27 maio 2022.

BRITISH ANTARCTIC SURVEY. RRS Sir David Attenborough arrives in Antarctica for the first time. 17 dec. 2021a. Disponible em: <<https://www.bas.ac.uk/media-post/rrs-sir-david-attenborough-arrives-in-antarctica-for-the-first-time/>>. Acceso em: 20 maio 2022.

BRITISH ANTARCTIC SURVEY. RRS Sir David Attenborough arrives in Falkland Islands. 8 dec. 2021b. Disponible em: <<https://www.bas.ac.uk/media-post/rrs-sir-david-attenborough-arrives-in-falkland-islands/>>. Acceso em: 20 maio 2022.

CHILE. Declaración sobre Cooperación Antártica Chile Reino Unido 2017 – 2022. 17 ene. 2017. Santiago de Chile. Disponible em: <<https://www.gov.uk/government/publications/united-kingdom-chile-statement-on-antarctic-cooperation-2017-to-2022.es-419>>. Acceso em: 6 jun. 2022.

CISNEROS, Andrés. Antártida y Malvinas ¿Un mismo conflicto? *Boletín del Centro Naval*, Buenos Aires, n. 836, p. 277-286, 2013. Disponible em: <<https://www.centronaval.org.ar/boletin/BCN836/836-CISNEROS.pdf>>. Acceso em: 4 jun. 2022.

COLACRAI, Myriam. La política Antártica Argentina y su compromiso con el Tratado Antártico. *Boletín del Centro Naval*, Buenos Aires, n. 836, p. 267-276, 2013. Disponible em: <<https://centronaval.org.ar/boletin/BCN836/836-COLACRAI.pdf>>. Acceso em: 4 maio 2022.

DODDS, Klaus. Consolidate! Britain, the Falkland Islands and wider the South Atlantic /Antarctic. *Global Discourse*, [Bristol], v.3, n.1, p. 166-172, mar. 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/271759734_Consolidate_Britain_the_Falkland_Islands_and_wider_the_South_AtlanticAntarctic>. Acesso em: 27 maio 2022.

DODDS, Klaus; HEMMING, Alan. Britain and the British Antarctic Territory in the wider geopolitics of the Antarctic and the Southern Ocean. *International Affairs*, London, v. 89, p. 1429-1444, nov. 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/258886807_Britain_and_the_British_Antarctic_Territory_in_the_wider_geopolitics_of_the_Antarctic_and_the_Southern_Ocean>. Acesso em: 15 maio 2022.

DUDENEY, John; WALTON, David. Leadership in politics and science within the Antarctic Treaty. *Polar Research*. [S.l.], v.31, p. 1-9, apr. 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/278664751_Leadership_in_politics_and_science_within_the_Antarctic_Treaty>. Acesso em: 18 maio 2022.

EN Gran Bretaña advierten sobre una alianza con China para recuperar las Malvinas. *Clarín*, Buenos Aires, 28 set. 2011. Disponível em: <https://www.clarin.com/politica/Gran-Bretana-China-recuperar-Malvinas_0_rJ2He5h3v7g.html>. Acesso em: 20 nov. 2022.

FACCHIN, Eugenio. Las diferentes visiones estatales sobre la Antártida. *Boletín del Centro Naval*, Buenos Aires, n. 841, p. 169-193, jul.-dic. 2015. Disponível em: <<https://centronaval.org.ar/boletin/BCN841/841-FACCHIN.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2022.

FESEI. Importancia Geoestratégica del Canal de Beagle. Madrid, 27 abr. 2020. Disponível em: <<https://fesei.org/ad/importancia-geoestrategica-del-canal-de-beagle/>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

FOREIGN AND COMMONWEALTH OFFICE. *British Antarctic Territory Strategy 2019-2029*. London, aug. 2021. Disponível em: <<https://britishantarcticterritory.org.uk/about/strategy-and-project-funding/>>. Acesso em: 15 maio 2022.

FOREIGN AND COMMONWEALTH OFFICE. *The Overseas Territories: Security, Success and Sustainability*. London, june 2012. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/publications/the-overseas-territories-security-success-and-sustainability>>. Acesso em: 23 maio 2022.

GAMBA, Virginia. Reflexiones sobre el valor geoestratégico de la Antártida en el Siglo XXI. *Boletín del Centro Naval*, Buenos Aires, n. 836, p. 259-266, 2013. Disponível em: <<https://studylib.es/doc/8235987/reflexiones-sobre-el-valor-geoestrat%C3%A9gico-de-la-ant%C3%A1rtida.>>. Acesso em: 15 maio 2022.

GARCÍA, Nicolás. Asmar registra un 59% de avance en la construcción del rompehielos Viel de la Armada de Chile, *Infodefensa*, Chile, 27 abr. 2022. Disponível em: <<https://www.infodefensa.com/texto-diario/mostrar/3579949/asmar-registra-59-avance-construccion-rompehielos-viel-armada-chile.>>. Acesso em: 10 jun. 2022.

GARCÍA MORITÁN, Roberto. Malvinas: un rompehielos británico, su bandera y los límites de la neutralidad científica. *Clarín*, Buenos Aires, 15 dic. 2021. Disponível em: <https://www.clarin.com/opinion/malvinas-rompehielos-britanico-bandera-limites-neutralidad-cientifica_0_7bEqtkdoL.html>. Acesso em: 20 maio 2022.

GARCÍA SÁNCHEZ, Ignacio. La Antártida 2050: horizontes oscuros. In: CENTRO DE ESTUDIOS DE LA DEFENSA NACIONAL. *El día después del Tratado Antártico: Escenarios y proyecciones*. Madrid: Instituto Español de Estudios Estratégicos, 2018. p. 43-75. Disponível em: <https://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_trabajo/2019/DIEEET05-2018TratadoAntartico.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2022.

GIOFFREDA, Camilo. Los espacios vitales del sur argentino: el Atlántico Sur y el futuro de la Antártida. *URVIO Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad*, Quito, n.30, p. 40-57, mayo-ago. 2021. Disponível em: <http://scielo.senescyt.gob.ec/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1390-42992021000200040&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 23 maio 2022.

GUZMÁN, Jorge. La plataforma continental extendida: El caso de Chile y Argentina en el Mar Austral y la Antártida. *Revista de Marina*, Chile, n. 957, p. 12-17, mar-abr. 2017. Disponível em: <<https://revistamarina.cl/revistas/2017/2/jgguzman.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2022.

HAND, Julio; DOJAS, Alberto. El Atlántico Sur como escenario estratégico. *Agenda Internacional*, [Buenos Aires], n. 37, p. 14-51, set. 2016. Disponível em: <<http://aedojas.com.ar/images/archivos/2016-AGENDA-INTERNACIONAL-37-2016-ATLANTICO-SUR.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2022.

HUAN, Eric. RRS Sir David Attenborough Lanzado. *MarineLink*, [S.l.], 20 jul. 2018. Disponível em: <<https://es.marinelink.com/news/rrs-sir-david-attenborough-lanzado-256254#:~:text=El%20barco%20de%20investigaci%C3%B3n%20de%20%20C2%A3%20200%20millones,en%20ciencia%20polar%20desde%20la%20d%C3%A9cada%20de%201980.>>>. Acesso em: 20 maio 2022.

INCE, Matt. Beyond Rhetoric: Could the Heightened Falklands Debate Threaten British Strategic Interests In Latin America? *Royal United Service Institute (RUSI)*, London, 31 jan. 2012. Disponível em: <<https://www.rusi.org/explore-our-research/publications/commentary/beyond-rhetoric-could-heightened-falklands-debate-threaten-british-strategic-interests-latin-america>>. Acesso em: 5 jun. 2022.

INTENTO británico de reclamar en la ONU un millón de kilómetros cuadrados más del continente blanco. *Clarín*, Buenos Aires, 7 mar. 2009. Disponível em: <https://www.clarin.com/ediciones-antiores/antartida-diputados-argentina-chile-rechazan-reclamo-ingles_0_SkYePu5ATtI.html> Acesso em: 16 jun. 2022.

KEOHANE, Robert; NYE, Joseph. *Power and Interdependence*. 2. ed. United States of America: HarperCollins Publishers, 1989. 315 p.

LETJMAN, Román. Tensión diplomática con Chile: el Gobierno le envió una nota a Piñera en la que rechaza su “vocación expansiva” sobre la Argentina. *Infobae*, Buenos Aires, 6 set. 2021. Disponível em: <<https://www.infobae.com/politica/2021/09/06/tension-diplomatica-con-chile-el-gobierno-le-envio-una-nota-a-pinera-en-la-que-rechaza-su-vocacion-expansiva-sobre-la-argentina/>>. Acesso em: 19 jun. 2022.

LUCHETTI, Javier; TRONCOSO, Marcelo. Las Islas Malvinas: el conflicto geopolítico por la apropiación de hidrocarburos. In: ENCUESTRO DEL CENTRO DE REFLEXIÓN EN POLÍTICA INTERNACIONAL Y CENTRO DE ESTUDIOS SUDAMERICANOS, 6., 2013, La Plata. *Democracia y Relaciones Internacionales en América Latina*: Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales, p. 1-26. Disponível em: <<http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/42570>>. Acesso em: 28 maio 2022.

MADRID. The Protocol on Environmental Protection to the Antarctic Treaty. Madrid, 1991. Disponível em: <<https://www.ats.aq/e/protocol.html>>. Acesso em: 5 mai. 2022.

MATTOS, Leonardo. A inclusão da Antártica no conceito de entorno estratégico brasileiro. *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 165-91, jan-jun. 2014. Disponível em: <<https://revista.egn.mar.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/193/155>>. Acesso em: 23 maio. 2022.

MEMOLLI, Mariano. Los desafíos antárticos de la Argentina en el siglo XXI. *Ciencia, Tecnología y Política*, La Plata, v. 4, n. 6, p. 69-79, mayo 2021. Disponível em: <<https://revistas.unlp.edu.ar/CTyP/issue/view/790/353>>. Acesso em: 8 jun. 2022.

MORGENTHAU, Hans. *Politics among Nations: The struggle for power and peace*. 4. ed. New York: Alfred. A. Knopf, 1967. 615 p.

MOSLE, Julio. Argentina comienza a construir en Ushuaia un nuevo portal a la Antártida. *Télam digital*, Argentina, 3 mar. 2022. Disponível em: <<https://www.telam.com.ar/notas/202203/585283-argentina-comienza-a-construir-en-ushuaia-un-nuevo-portal-a-la-antartida.html>>. Acesso em: 12 jun. 2022.

NYE, Joseph. *O futuro do poder*. São Paulo: Benvirá, 2012. 333 p.

NYE, Joseph. *Soft Power: The means to success in world politics*. New York: Publicaffaires, 2004. 191 p.

TESTA, Alejandro. *La Guerra de Malvinas 02 Abr/14 Jun 1982 - Argentina y RUGB y la importancia geoestratégica del Archipiélago en el Atlántico Sur*. Trabajo Final (Especialización en Historia Militar contemporánea) - Escuela Superior de Guerra Tte. Gral. Luis María Campos, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, mayo 2015. Disponível em: <<http://www.cefadigital.edu.ar/handle/1847939/408>>. Acesso em: 21 maio 2022.

UNITED KINGDOM. *Global Britain in a competitive age: The Integrated Review of Security, Defence, Development and Foreign Policy*. 16 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/publications/global-britain-in-a-competitive-age-the-integrated-review-of-security-defence-development-and-foreign-policy>>. Acesso em: 16 abr. 2022.

UNITED KINGDOM. Ministry of Defense. *Future Operating Environment 2035: Strategic Trend Programme*. 14 dec. 2015. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/publications/future-operating-environment-2035>>. Acesso em: 30 abr. 2022.

UNITED KINGDOM. The days of Britain's retreat from Latin America are over. Transcript of the speech, exactly as it was delivered by the Foreign Secretary William Hague. Rio de Janeiro, 19 jan. 2012. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/speeches/the-days-of-britains-retreat-from-latin-america-are-over>>. Acesso em: 3 jun. 2022.

UNITED KINGDOM. *The strategic defence and security review: securing Britain in an age of uncertainty*. 19 oct. 2010. Disponível em: <<https://www.gov.uk/government/publications/the-strategic-defence-and-security-review-securing-britain-in-an-age-of-uncertainty?msclkid=2bb1680cbe9a11ec95e1d057c740d410>>. Acesso em: 28 maio 2022.

UNITED STATES OF AMERICA. Memorandum on Safeguarding U.S. National Interests in the Arctic and Antarctic Regions. 9 June 2020. Disponível em: <<https://trumpwhitehouse.archives.gov/presidential-actions/memorandum-safeguarding-u-s-national-interests-arctic-antarctic-regions>>. Acesso em: 25 maio 2022.

VILLEMUR, J. El Krill y su hábitat antártico. *Boletín del Centro Naval*, Buenos Aires, n. 808, p. 307-325, mayo-ago. 2004. Disponível em: <<https://centronaval.org.ar/boletin/BCN808/808villemur.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2022.

WASHINGTON. Antarctic Treaty, 1959. Disponível em: <<https://www.ats.aq/s/antarctictreaty.html>>. Acesso em: 5 mai. 2022

ANEXO A

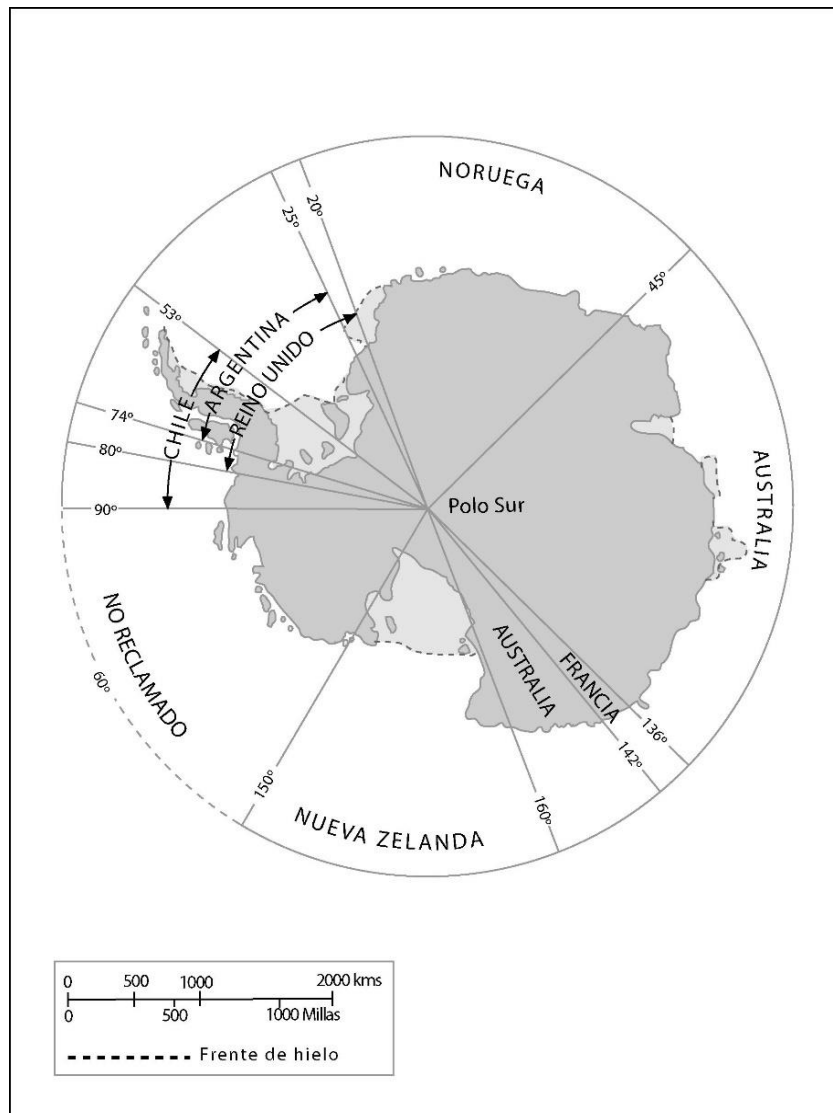


FIGURA 1 - Mapa com limites das reivindicações territoriais do continente antártico.

Fonte: ARGENTINA. Ministério de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto. Disponível em: <<https://cancilleria.gob.ar/es/iniciativas/dna/divulgacion/tratado-antartico>>. Acesso em: 5 maio 2022.

ANEXO B

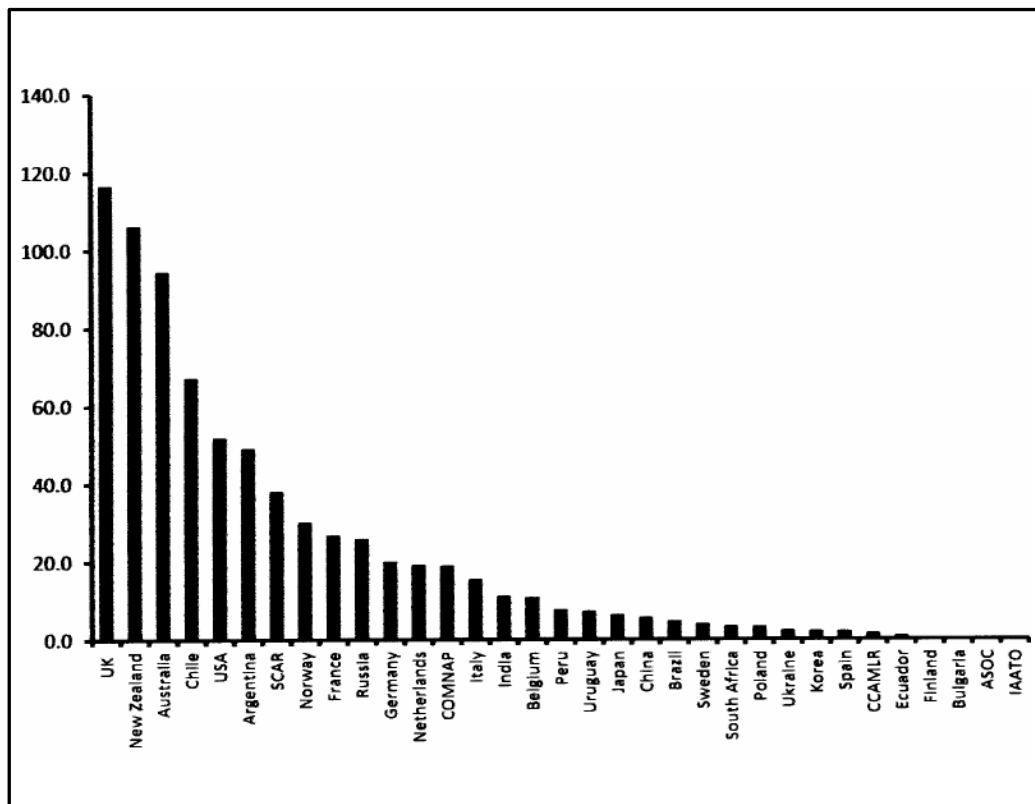


GRÁFICO 1 - Soma total dos documentos de trabalho produzidos por cada uma das partes do Tratado da Antártica (período 1992-2010).

Fonte: DUDENEY, John; WALTON, David, 2012, p. 4. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/278664751_Leadership_in_politics_and_science_within_the_Antarctic_Treaty>. Acesso em: 18 maio 2022.

ANEXO C



FIGURA 2 - O RRS *Sir David Attenborough* no cais da base *Rothera*.

Fonte: BRITISH ANTARCTIC SURVEY, 2021a. Disponível em:

<<https://www.bas.ac.uk/media-post/rrs-sir-david-attenborough-arrives-in-antarctica-for-the-first-time/>>. Acesso em: 20 maio 2022.

ANEXO D

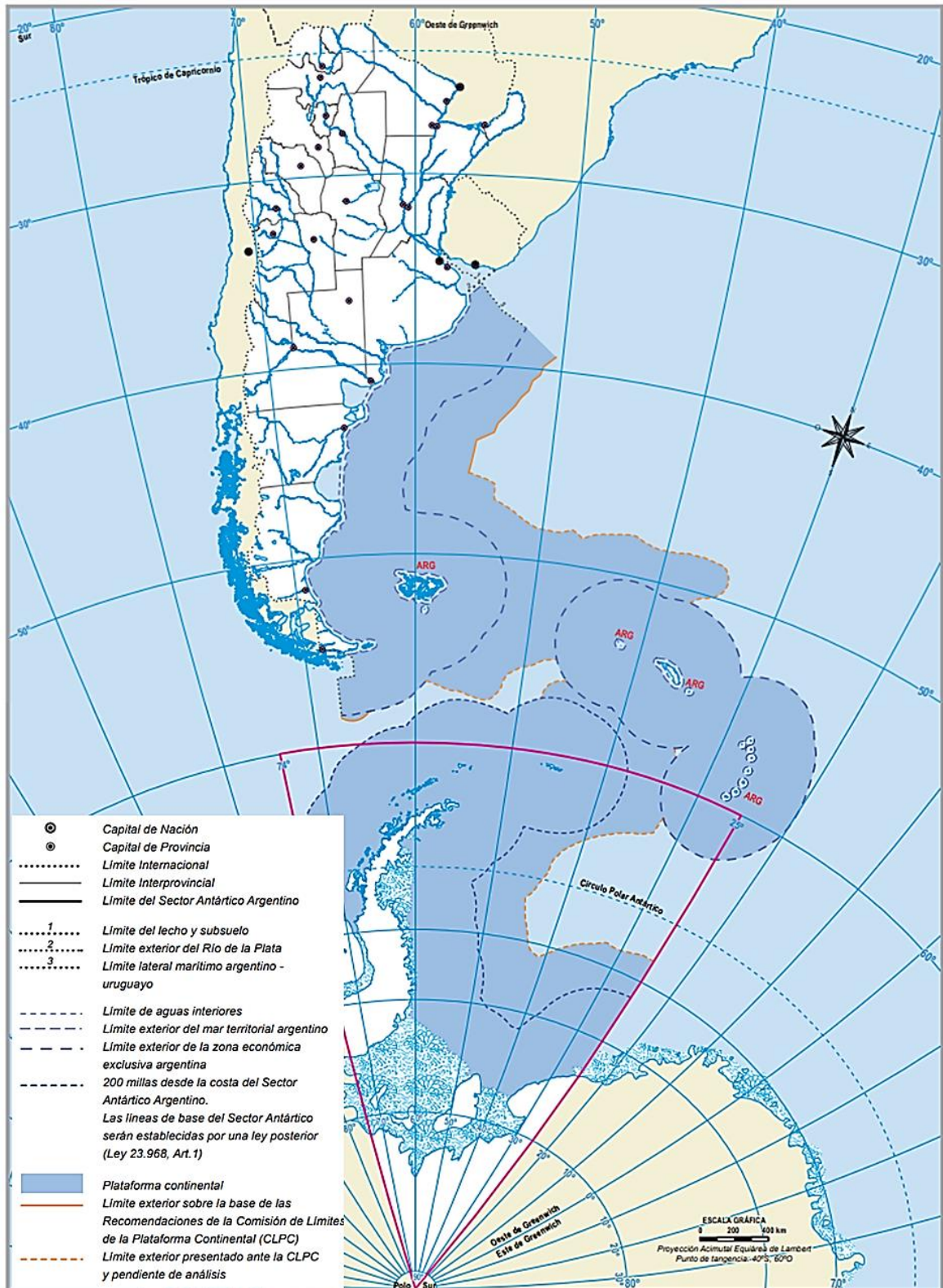


FIGURA 3 - Mapa Bicontinental da República Argentina.

Fonte: ARGENTINA, 2021b. Instituto Geográfico Nacional. Disponível em:

<<https://www.ign.gov.ar/AreaServicios/Descargas/MapasEscolares>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

ANEXO E

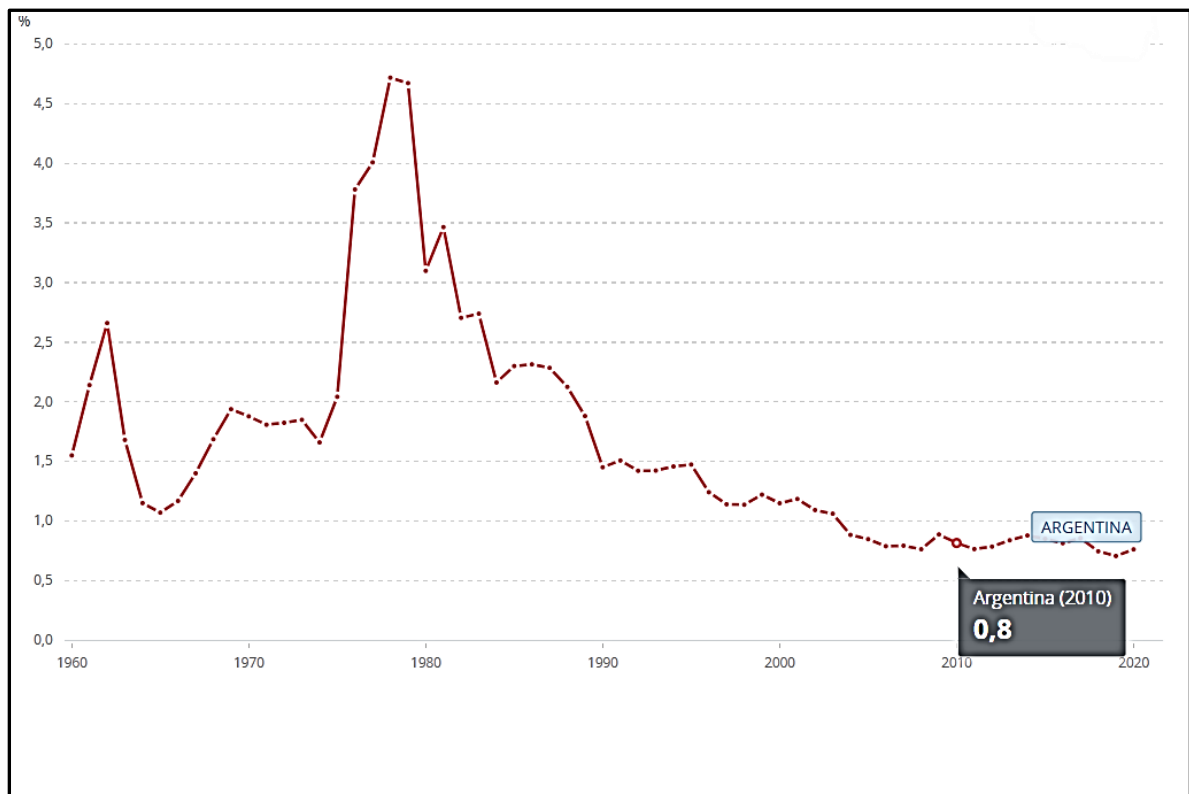


GRÁFICO 2 - Gasto militar argentino em defesa período 1960-2020 (porcentagem do PIB).

Fonte: BANCO MUNDIAL, 2020. Disponível em:

<<https://datos.bancomundial.org/indicador/ms.mil.xpnd.gd.zs?locations=AR>>. Acesso em: 30 maio 2022.

ANEXO F

TABELA 1

Porcentagem de cientistas e superfície dedicada à ciência nas bases antárticas - Antártica - 2017

PAÍSES	% CIENTIFICOS en las DOTACIONES	% SUPERFICIE para CIENCIA del TOTAL de la BASE
Argentina/Alemania (1)	89,00%	88,72%
Alemania	82,00%	4,19%
Países Bajos (2)	80,00%	100,00%
Bulgaria	73,00%	9,05%
Ucrania	64,00%	15,65%
Suecia	62,00%	0,00%
Polonia	61,00%	11,11%
Corea del Sur	57,00%	19,00%
España	57,00%	14,77%
Nueva Zelandia	57,00%	10,00%
China	52,50%	18,83%
Perú	50,00%	8,49%
Uruguay	49,50%	9,00%
Francia	49,00%	18,50%
Francia/Italia (3)	48,00%	21,00%
República Checa	48,00%	11,46%
Chile	47,00%	6,24%
Bélgica	45,00%	2,78%
Brasil	45,00%	10,20%
India	43,00%	9,54%
Finlandia	38,00%	37,50%
Bielorrusia	36,00%	19,44%
Italia	33,00%	32,00%
Ecuador	31,00%	22,22%
Japón	29,00%	18,00%
Sudáfrica	28,00%	12,50%
Australia	24,00%	4,11%
Reino Unido (4)	24,00%	7,45%
Estados Unidos	21,00%	15,36%
Noruega	21,00%	33,33%
Argentina (5)	15,50%	4,35%

Fonte: MENOLLI, Mariano, 2021, p. 73. Disponível em: <<https://revistas.unlp.edu.ar/CTyP/issue/view/790/353>>. Acesso em: 6 jun. 2022.